



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ciências Sociais e Humanas

# **O Fenómeno do Futebol em Portugal**

## **Estudo de caso Concelho da Guarda**

**Armando Jorge Gonçalves de Almeida Neves**

Relatório de estágio para obtenção do Grau de Mestre em  
**Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Pedro Guedes de Carvalho

**Covilhã, Outubro de 2013**

*“É na educação dos filhos que se revelam as virtudes dos Pais”*

**Henrique Maximiano Coelho Neto**

# Agradecimentos

O presente trabalho não teria sido possível sem a colaboração, participação e esforço conjugado de várias pessoas e entidades. Quero aqui prestar os meus mais sinceros agradecimentos, expressando gratidão e reconhecimento:

1. *Professor Doutor Pedro Guedes de Carvalho*, por ter aceite o repto que lancei para ser o meu orientador. A amabilidade e prontidão com que sempre se disponibilizou a ajudar-me, e as pertinentes e oportunas retificações feitas a este trabalho constituíram-se como um elemento preponderante em todo o processo.
2. Aos diversos serviços e organismos a que me dirigi e que prontamente me forneceram dados.
3. À minha família e amigos, pois afinal são os que mais me compreendem, ajudam, e motivam.
4. A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho e que por motivo de esquecimento possam não ter sido referidos.

# Resumo

O futebol é, na actualidade, um dos fenómenos sociais mais importantes da sociedade portuguesa, que tem a capacidade de produzir diversos outros fenómenos, mobilizar públicos e suscitar angústias. Os aspectos culturais, económicos, sociais e políticos constroem a sua pludimensionalidade, com repercussão no território, que é preciso delimitar. Assim, sendo o futebol, considerado neste trabalho, um fenómeno social total, é também um fenómeno local. Estudar o futebol numa determinada zona geográfica permite analisar a dimensão socioeconómica de um determinado país.

O objecto de estudo do presente relatório é o fenómeno do futebol em Portugal, dando-se especial ênfase ao Concelho da Guarda, caracterizando este Concelho em termos socioeconómicos e mostrando a forma como estes factores influenciam o próprio futebol que existe no Concelho.

**Palavras-chave:** Futebol, Factores socioeconómicos, Concelho da Guarda, fenómeno

# Abstract

Football is, at present, one of the most important social phenomenons of Portuguese society, which has the ability to produce many other phenomenons, mobilize public and raise anxieties. The cultural, economic, social and political construct their multidimensionality, with repercussions on the territory, which is necessary to delimit. So, being the football, considered in this paper, a total social phenomenon, is also a local phenomenon. Studying football a given geographical area allows you to analyze the socio-economic dimension of a given country.

The object of study of this report is the phenomenon of football in Portugal, giving special emphasis to the County of Guarda, featuring this county in socioeconomic terms and showing how these factors influence the actual football that exists in the county.

**Keywords:** Football, socioeconomic factors, County of Guarda, phenomenon

# Índice

Resumo .....	IV
Abstract .....	V
Lista de Figuras, Tabelas e Acrónimos .....	VII
Introdução.....	1
1. A origem do futebol .....	3
2. O futebol em Portugal .....	4
3. O desempenho desportivo das equipas de futebol.....	5
4. A competitividade .....	8
4.1 - A competitividade no desporto .....	9
4.2. - A competitividade a nível geográfico.....	13
4.3 - A competitividade no caso Português: o litoral e o interior.....	14
5. O futebol e desenvolvimento regional e local.....	15
5.1. A distribuição dos clubes de futebol e a densidade populacional.....	16
6. Enquadramento e características do Concelho da Guarda .....	21
6.1. Sectores de actividade e profissões .....	24
6.2. Caracterização da rede de acessibilidades e transportes.....	25
6.3. As instalações desportivas artificiais do Concelho .....	25
6.3.1. Distribuição espacial das instalações desportivas do Concelho da Guarda.....	25
6.3.2. Análise das instalações desportivas .....	27
6.3.3. Grandes campos de jogos .....	27
6.3.4. Pequenos campos de jogos .....	27
6.3.5. Os índices de comunidade do Concelho da Guarda.....	28
6.3.6. O movimento associativo no Concelho da Guarda .....	29
6.4. O futebol na Guarda .....	30
7. Discussão de resultados.....	33
8. Conclusão .....	36
Bibliografia.....	39

# Lista de Figuras

Ilustração I - Mapa representativo do nº de indivíduos por Km <sup>2</sup> em Portugal .....	17
Ilustração II - Número de praticantes de modalidades desportivas em Portugal .....	18
Ilustração III - Atletas por modalidade no Concelho da Guarda em 2010 .....	32

# Lista de Tabelas

Tabela 1 - Número de praticantes por modalidade em 2011 .....	19
Tabela 2 - População residente por Concelho no Distrito da Guarda.....	22
Tabela 3 - Distribuição da população por grupos etários no Concelho da Guarda. ....	22
Tabela 4 - Índices de envelhecimento e dependência no Concelho da Guarda.....	23
Tabela 5 - Indicadores por Concelho no Distrito da Guarda.....	23
Tabela 6 - População empregada por sectores nos Concelhos do Distrito da Guarda .....	24
Tabela 7 - Clubes por Distrito .....	33
Tabela 8 - Comparticipações financeiras às modalidades .....	35

# Lista de Acrónimos

## Lista de abreviaturas, siglas e símbolos usados

### Abreviatura Nomenclatura

FPF	Federação Portuguesa de Futebol
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
PIB	Produto Interno Bruto
INE	Instituto Nacional de Estatística

# Introdução

Actualmente, não existe na sociedade portuguesa outra actividade desportiva que ocupe um lugar tão central nos órgãos de comunicação social, nos gostos dominantes e na atenção do público como o futebol. Por alguns chamado “desporto espectáculo”, por outros “instituição social”, é, segundo Marcel Mauss, um “facto social total”, isto é, um fenómeno que mobiliza a quase totalidade de uma sociedade e das suas instituições, impondo uma centralidade social e cultural devido à sua popularidade e universalidade inegáveis.

O futebol é sem dúvida um fenómeno de elevada repercussão no panorama da cultura desportiva contemporânea em todo o mundo e Portugal não é excepção, verificando-se a universalidade deste desporto de norte a sul e do litoral ao interior do país.

Nos últimos tempos, o interesse na relação entre o desenvolvimento económico-social e as equipas de futebol tem aumentado junto dos cientistas sociais. Factores como o número de equipas existentes numa determinada região (Breuer, 2009) e a dimensão populacional (Mourão e Colonna, 2011) podem condicionar fortemente o rendimento de um determinado clube desportivo.

O presente estudo foca-se com especial atenção nas dimensões que habitualmente não são consideradas como pertinentes no que respeita aos desportos profissionais, tais como a dinâmica local ou a própria participação associativa. No entanto, considerou-se como sendo igualmente importante abordar inicialmente os determinantes do desempenho desportivo das equipas, podendo adequar-se assim esta realidade profissional a uma realidade amadora, colmatando desta forma a carência de dados existentes neste contexto.

Habitualmente, num fim-de-semana em Portugal, para cada jogo disputado entre duas equipas de futebol profissional, realizam-se em média cerca de trinta jogos oficiais disputados entre equipas amadoras. Assim sendo, a quantidade de jogadores, treinadores, dirigentes e árbitros envolvidos é proporcional ao número de partidas realizadas. Já no que respeita ao valor agregado, ao valor calculado das despesas ou até no número de adeptos presentes em cada uma destas partidas, essa proporcionalidade não se verifica. Na realidade, observa-se frequentemente a existência de uma relação inversa uma vez que as equipas amadoras são caracterizadas por possuírem estruturas com baixo nível de custos e por disputarem os seus jogos em estádios que apenas têm capacidade para acolher audiências pequenas.

O objecto central deste trabalho será o de analisar o fenómeno do futebol em Portugal, em especial o futebol amador, estudando concretamente o caso do Concelho da Guarda, no que respeita aos determinantes socioeconómicos e de competitividade que o influenciam. Este trabalho de investigação consiste, na resposta ao problema formulado através de um conjunto de procedimentos cuja finalidade principal é atingir determinados objectivos. No entanto, a

investigação é, essencialmente, a postura de questionar determinados acontecimentos, tais como o que se pretende estudar e como o estudo deverá ser orientado, envolvendo uma grande variedade de orientações científicas e métodos para a sua abordagem.

De forma a poder caracterizar o futebol, especialmente na sua vertente amadora no Concelho da Guarda, bem como relacioná-lo com indicadores socioeconómicos, iniciar-se-á o trabalho por contextualizar, em termos históricos, o fenómeno do futebol e da competitividade desportiva. Posteriormente, usar-se-ão os dados existentes no INE e na Carta Desportiva do Município da Guarda a fim de se poder caracterizar o Concelho da Guarda, contrapondo esses mesmos dados com os existentes em relação à população e à prática do desporto, mais concretamente do futebol.

Adotámos a delimitação administrativa por considerarmos que, no essencial, há uma uniformidade nos padrões económicos e sociais no Concelho da Guarda. Esta foi a metodologia escolhida, por existirem imensos dados disponíveis, mas nenhum estudo que os relacionasse e, efectivamente, permitisse perceber a relação entre os factores sócio económicos e o futebol no Concelho da Guarda.

Este trabalho encontra-se estruturado em 4 partes fundamentais. A primeira contém uma breve informação em relação à história do futebol e uma revisão da literatura onde se aborda não só a questão da competitividade, mas também o papel dos determinantes da competitividade desportiva e os factores envolvidos especificamente na competitividade das equipas desportivas, nomeadamente nas de futebol. A segunda parte refere-se à realidade do futebol em Portugal. Na terceira parte, caracteriza-se o Concelho da Guarda, abordando as suas particularidades fundamentais, bem como os dados existentes em relação ao futebol praticado e apresenta-se a metodologia, os dados e análises realizados. Finalmente, na quarta parte expõem-se as conclusões.

# 1.A origem do futebol

*"Tudo aquilo o que aprendi sobre a moral dos homens,  
aprendi-o nos campos, jogando futebol".*

Albert Camus

Não existe consenso quanto à origem do futebol, tal como acontece noutras vertentes do desporto ou até mesmo da própria história. Existem conhecimentos de que na China entre o Século II e III A.C. (antes de Cristo) existiu algo semelhante ao futebol, o que é comprovado através de um manual militar da dinastia de Han que incluía um exercício de educação física chamado “Tsu’Chu” que consistia em chutar uma bola de couro para uma rede colocada entre 2 paus de bambu que distavam entre si de 30 a 40 cm (o que hoje se consideraria uma mini-baliza), o que exigia uma elevada técnica. Mais tarde, cerca de 500 anos depois, registou-se o aparecimento do “Japanese Kemari”, uma versão mais evoluída que consistia em um grupo de pessoas, em círculo, jogarem a bola entre si sem a deixar cair ao chão. Este exercício que nasceu no Japão é ainda utilizado na actualidade, de uma forma lúdica, no início dos treinos de futebol ou com os amigos na praia.

A evolução da história do Futebol também passou por Roma, onde o jogo se designava por “Harpastum”, e pela Grécia onde o designavam por “Episkyros”. No entanto, existem alguns indicadores, referidos por diversos autores e validados pela Fédération Internationale de Football Association (FIFA), que revelam que o futebol começou a praticar-se, da forma como é conhecido actualmente, em meados do século XIX na Grã-Bretanha. Segundo a FIFA, este desporto terá surgido oficialmente em 1863 em Inglaterra marcando assim um ponto decisivo do desenvolvimento do futebol, uma vez que foi nesta altura, logo após a separação definitiva entre o Futebol Rugby e o Futebol Association, que foram discutidas normas e regulamentos juntamente com os clubes e faculdades em Londres, dando origem a que, oito anos mais tarde, fosse criada a Associação de Futebol em Inglaterra que contava já com 50 clubes membros.

Em 1872 foi realizado o primeiro jogo internacional, que decorreu entre Inglaterra e Escócia, muito antes do futebol ser conhecido no resto da Europa. Foi em 1885 que a Associação de Futebol em Inglaterra enfrentou os primeiros problemas relacionados com o profissionalismo e se viu obrigada a legalizá-lo. Seguidamente começaram a criar-se associações de futebol. Depois da Grã-Bretanha, surgiu a Associação de Futebol da Escócia em 1873, sendo seguida, em 1875, pela do País de Gales e pela da Irlandesa que foi criada em 1880. Os próximos países a criarem as suas associações de futebol foram a Holanda e a Dinamarca em 1889, a

Nova Zelândia em 1891, a Argentina em 1893, o Chile em 1895, a Suíça e a Bélgica em 1895, a Itália em 1898, a Alemanha e o Uruguai em 1900, a Hungria em 1901 e a Finlândia em 1907.

Em Maio de 1904 foi fundada, em Paris, a FIFA, existindo 7 membros fundadores: França, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Espanha, Suécia e a Suíça. No ano de 1912, encontravam-se já filiadas 21 associações nacionais nesta Federação. Em 1925, havia já 36, em 1930 (ano do primeiro Campeonato do Mundo) contava já com 41 associações filiadas, em 1938 com 51 e em 1950, depois de um intervalo provocado pela segunda guerra mundial, o número acabou por chegar às 73.

Actualmente a FIFA conta com 204 associações-membro de todas as partes do Mundo.

## 2.0 futebol em Portugal

O futebol começou a difundir-se em Portugal nas décadas finais do século XIX, tendo sido trazido por estudantes portugueses regressados de Inglaterra. O primeiro responsável pela sua implantação foi Guilherme Pinto Basto, cujos irmãos, Eduardo e Frederico terão trazido de Inglaterra a primeira bola. Foi ele o responsável pela iniciativa de efectuar uma exibição do novo jogo, que teve lugar em Outubro de 1888, e foi também ele quem organizou a primeira partida, em Janeiro do ano seguinte.<sup>1</sup> A partida, disputada onde hoje se encontra a praça de touros do Campo Pequeno, em Lisboa, opôs uma equipa formada por portugueses a uma equipa de ingleses. Os portugueses ganharam o jogo por 2-1. Desta forma, o futebol começou por chamar a atenção da alta sociedade, sendo marcado pela rivalidade luso-britânica. Posteriormente, espalhou-se, sendo praticado em colégios e levando à fundação de clubes um pouco por todo o país. Até ao final do século, associações como o Clube Lisbonense, o Carcavelos, o Braço de Prata, o Real Ginásio Clube Português, o Estrela Futebol Clube, o Futebol Académico, o Campo de Ourique, o Oporto Cricket, o Sport Clube Vianense e o Ginásio Clube Português surgiram para praticar este desporto e/ou criaram secções para o efeito.

O primeiro encontro entre Lisboa e Porto realizou-se em 1894, tendo na assistência o rei D. Carlos. O Clube Internacional de Futebol (fundado em 1902) foi a primeira equipa portuguesa a jogar no estrangeiro, derrotando, em 1907, o Madrid Futebol Clube na capital espanhola.

Dos clubes actualmente considerados mais importantes nesta modalidade em Portugal, o mais antigo é o Futebol Clube do Porto, que foi fundado em 1893 por António Nicolau de Almeida, embora só a partir de 1906, após um interregno na actividade, ter sido definitivamente impulsionado por José Monteiro da Costa, entre outros. O Boavista Futebol Clube foi fundado em 1903. O Sporting Clube de Portugal foi fundado em 1906 pelo visconde de Alvalade e pelo

---

<sup>1</sup> Futebol em Portugal. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-05-20]

seu neto José de Alvalade. O Sport Lisboa e Benfica nasceu da fusão, em 1908, do Sport Lisboa (fundado em 1904) com o Grupo Sport Benfica. Todos estes clubes tradicionalmente têm várias modalidades mas dão grande importância ao futebol, dispondo de equipas de jogadores profissionais que participam em provas europeias com bastante frequência.<sup>2</sup>

Em Portugal, quem dirige e tutela o futebol é a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) que foi fundada a 31 de Março de 1914 sob a designação de União Portuguesa de Futebol. A FPF rege-se pelos seus estatutos mas também pelas normas a que está vinculada através da sua filiação na sua congénere Internacional, FIFA, e também com a UEFA. No ano de 2011, estavam inscritos na FPF 151572 atletas. Existem vários campeonatos, de vários escalões de futebol em Portugal, desde as divisões distritais, campeonatos inferiores, até ao principal escalão, actualmente denominada “Liga Zon Sagres”. Quanto aos escalões existentes, estes são percorridos desde os escalões mais baixos, começando pelas escolas, passando pelos infantis, pelos iniciados, pelos juvenis e pelos juniores até chegar aos seniores.

Existe outra entidade com responsabilidades no futebol em Portugal: a Liga Portuguesa de Futebol Profissional. Esta entidade organiza e gere os campeonatos nacionais de futebol Profissional e procede também, juntamente com o Conselho de Arbitragem, à nomeação dos árbitros para esses escalões. Quanto aos outros torneios existentes em Portugal, relevam-se a Super Taça Cândido de Oliveira, disputada entre os vencedores da última edição do Campeonato Nacional Sénior, e a Taça de Portugal. A disputa desta taça é o primeiro grande embate de cada época desportiva onde é apurado o vencedor após um jogo realizado em campo neutro.

Quanto às divisões inferiores e de cariz não profissional as Associações Distritais de Futebol têm um papel preponderante, pois será nelas que os assuntos serão resolvidos e, caso seja necessário, serão remetidos para a FPF. São as Associações Distritais de Futebol que procedem também aos sorteios dos seus campeonatos bem como ao destacamento dos árbitros através dos Conselhos de Arbitragem Distritais ou Regionais.<sup>3</sup>

### **3.0 desempenho desportivo das equipas de futebol**

Segundo Oliveira e Lima (2003), o desenvolvimento regional exerce uma influência exógena, por meio de encadeamentos, sobre as actividades económicas e sobre a própria sociedade. Um maior grau de desenvolvimento está intrinsecamente ligado à existência de infra-estruturas melhores e, conseqüentemente, de incentivos financeiros maiores para a prática

---

<sup>2</sup> GASPAR, Jorge *et all* (1982) - “Transformações recentes na Geografia do Futebol em Portugal”. *Finisterra*, XVII, 34, CEG, Lisboa, pp. 301-324

<sup>3</sup> <http://www.lfpf.pt/Pages/Inicio.aspx>

desportiva, de acordo com Hoffman, Ging, Matheson e Ramasamy (2003). Um exemplo dentro deste contexto é o que aconteceu na cidade de Oklahoma City que decidiu atrair uma equipa prometendo-lhe subsidiar novas infra-estruturas com cerca de 100 milhões de dólares e oferecendo ainda mais 20 milhões para construção de um centro de treino. Essa oferta convenceu rapidamente os responsáveis da equipa, que até então estava em Seattle, a mudar-se para esta nova cidade.

As modalidades desportivas mais caras e os clubes mais ambiciosos e mais poderosos necessitam de um agregado de infra-estruturas e apoios que sustentem a sua actividade (Mourão 2010). Esse tipo de infra-estruturas e apoios só poderão ser encontrados em locais com fortes índices de desenvolvimento. Enquanto Gartner e Pommerehne (1978) focam a importância da contextualização socioeconómica, outros autores, como Downward e Dawson (1999), acrescentam a importância da existência de padrões de escolarização e hábitos de consumo no desporto como factores de desenvolvimento desportivo,

No que respeita à importância das instituições, Eric Besson (2008) refere a vantagem de uma boa regulação desportiva, sem incertezas jurídicas, com o intuito de transmitir uma boa imagem, reforçando desta forma a atractividade do campeonato. Se este tipo de efeitos se evidencia nas actividades desportivas em geral, mais se evidenciarão no futebol, que é o desporto colectivo mais praticado no mundo, e é também um dos que mais dinheiro movimenta na sua totalidade (Halicioglu, 2006).

De acordo com o artigo “Portugal ainda é quase um país só de futebol” publicado por Marco Vaza em 2010, também o futebol português pode ser contextualizado nesta realidade, uma vez que é de longe o desporto mais praticado em Portugal, tendo quase um terço dos desportistas federados, e sendo igualmente o que movimenta mais dinheiro. Convém, no entanto, referir que muitos dos campeonatos de futebol locais e regionais de Portugal são essencialmente constituídos por equipas amadoras, que focam a sua actividade no desenvolvimento do desporto local e na promoção de espaços de prática desportiva para os seus associados.

Partindo para uma análise mais profunda das finanças do futebol, os custos das equipas de futebol são maiores ou menores em função da divisão em que se encontram (Mourão, 2005). Estes padrões de custos são compostos essencialmente por remunerações, manutenções de infra-estruturas, deslocações de pessoal, entre outros aspectos. No que aos financiamentos diz respeito, estes podem assumir a forma de receitas de bilheteira, patrocínios, quotizações dos associados, venda de património, algumas práticas de merchandising, ou o recurso ao endividamento bancário.

Enquanto para Downward e Dawson (1999) os factores responsáveis pela procura dos jogos de uma determinada equipa, podem ser divididos em dois grupos, sendo eles: os factores desportivos e os factores económicos; para Breuer (2009), a procura de bilhetes para um jogo

de futebol é tanto maior quanto maior o número de equipas dessa cidade, presentes numa mesma divisão, reforçando-se assim, a importância da rivalidade das equipas como forma de impulso da actividade desportiva.

Como factores desportivos, existe a qualidade das equipas, a eventualidade do jogo ser, ou não, alvo de transmissão televisiva, as condições atmosféricas e a incerteza do resultado. Quanto aos factores económicos, estes estão condicionados pelo meio envolvente da equipa, pela capacidade de poder de compra da população e pelos preços dos bilhetes. Assim, se parte substancial das receitas dos clubes derivam das receitas de bilheteira e estas dependem da capacidade de poder de compra da população, começa a tornar-se explícito, segundo (Mourão, 2005) que “apoiantes ou áreas “mais ricas” poderão potencializar maiores assistências e maiores receitas”.

O caso do futebol português evidencia precisamente esta realidade. Benfica, Porto e Sporting são as principais equipas do nosso campeonato, inserindo-se precisamente nas duas regiões mais desenvolvidas do país e com mais procura e história futebolística (Mourão, 2005). Assim, é possível indicar que as regiões com um nível de desenvolvimento mais elevado se situam numa estreita faixa litoral e, é precisamente nessas zonas, que se encontram as equipas que têm sustentado, mais frequentemente, a 1ª divisão portuguesa de futebol profissional desde o seu nascimento, até aos dias de hoje.

Para Viseu et al. (2002) o desenvolvimento desportivo é bastante influenciado pelas condições específicas que afectam o acesso ao desporto. Assim, para promover o acesso ao desporto é necessário avaliar o mercado desportivo, o número de praticantes actuais e futuros, a procura actual e futura de serviços desportivos e a necessidade actual e futura de espaços desportivos para a população. Outro tipo de factores a ter em conta no planeamento de instalações desportivas são as redes de ligações rodoviárias e acessibilidade geral, os factores de interferência e a necessidade de protecção das imediações (Schemel, 1999).

No caso português, e de acordo com Luís Cunha (1989), Lisboa e Porto são os Distritos mais desenvolvidos no que a estes factores diz respeito. Por outro lado, mais de metade dos Distritos nacionais apresenta lacunas neste sentido, sendo os casos mais dramáticos Bragança, Beja e Portalegre. Deste modo, e dada a maior qualidade das principais equipas de Lisboa e Porto em comparação com as dos Distritos referidos anteriormente, fica mais uma vez patente a relação entre desenvolvimento regional e desenvolvimento desportivo.

A pesquisa até então analisada centra-se nos desportos profissionais e diz respeito a um conjunto de determinados factores socioeconómicos, que podem contribuir para uma maior presença de desportos nos Concelhos locais, que conseqüentemente podem levar a um aumento da competitividade desses Concelhos. Factores tais como os subsídios concedidos a clubes locais, a existência de infra-estruturas de qualidade, boas práticas organizacionais e

hábitos de consumo são susceptíveis de reforçar a qualidade do desempenho do desporto profissional.

## 4.A competitividade

Ao longo da história, o ser humano tem sido caracterizado pelos seus elevados índices competitivos. Ainda hoje podem ser demonstrados através das suas diversas actividades quotidianas, em especial nas relacionadas com a área empresarial, onde se procura a fórmula ideal para atingir o lucro máximo e, a partir daí, perceber de que forma poderiam obter vantagens competitivas.

A escassez de alguns recursos naturais e a dinâmica do sistema capitalista são outros factores a ter em conta no que respeita ao aumento do interesse de estudos sobre competitividade, de acordo com Webster e Muller (2000).

Assim, enquanto Teece (1987), Kogut e Zander (1993) focaram a sua atenção na competitividade empresarial e Nelson (1993), Patel e Pavitt (1994) se focaram no estudo das análises institucionais e dos sistemas de inovação nacionais, Porter (1990, 2000) incidiu os seus estudos sobre a produtividade e os custos dos factores.

Já para Chudnovsky e Porta (1990) existem duas formas de definir competitividade: a microeconómica e a macroeconómica. Na abordagem microeconómica, agrupam-se as definições centradas na empresa, que associam a competitividade com a “capacidade de planear, produzir e vender um produto face aos seus concorrentes”. Na abordagem macroeconómica, a competitividade pode entender-se como “a capacidade das economias nacionais para alcançar certos resultados económicos, em alguns casos relacionados estritamente com o comércio internacional, e em outros casos mais amplos, com o melhor nível de vida e de bem-estar social”.

Ainda de acordo com Fagerberg (1996), a competitividade analisa-se segundo factores estruturais, tais como a produtividade, as competências e o binómio “conhecimento/ inovação”. Nesta óptica, a entrada em actividades de maior valor acrescentado constrói uma base tecnológica nacional que pode promover melhores termos de troca para o comércio internacional. Neste contexto, a perda de atractividade, ou da capacidade competitiva de certos sectores e indústrias, efectivamente significa, uma mudança para actividades mais bem remuneradas (Ferreira e Serra, 2010).

Ferreira e Serra (2010) acrescentam um aspecto muito interessante ao conceito de competitividade. Para estes autores, a aprendizagem assume um papel fundamental no possível aumento de competitividade por parte das empresas. Para evoluir é preciso inovar e para inovar é necessário apreender novos conhecimentos, ou seja, a aprendizagem reflecte-se na capacidade de identificar, avaliar e absorver conhecimento.

Segundo Haguenaer (1989) existem diversos conceitos de competitividade e estes podem ser agrupados de duas formas:

- Competitividade como desempenho, onde a competitividade se expressa, de alguma forma, numa quota de mercado que alcança uma empresa num mercado e num determinado momento. A participação das exportações da empresa, ou o grupo de empresas (indústria) no total do comércio internacional de mercadorias são os indicadores mais imediatos na questão da competitividade internacional;

-Competitividade como eficiência, onde a competitividade se reflete numa relação matéria-prima/produto, mais propriamente, a capacidade da empresa em transformar matérias-primas em produtos com rendimento máximo. Assim, a competitividade está associada com a capacidade de uma empresa ou indústria produzir bens com maior eficiência que os seus concorrentes no que diz respeito a preços, qualidade (ou relação qualidade/preço), tecnologia, salários e produtividade.

Quer num caso quer noutro, encontra-se fortemente presente a importância da questão financeira. Assim poderemos considerar que estas definições de competitividade se enquadram mais no âmbito das organizações lucrativas e não no âmbito das organizações não lucrativas. O contexto nacional e internacional para o qual estas definições nos remetem reforça esta mesma conclusão.

Sendo assim, é então necessário explicar de que forma poderemos determinar e medir a competitividade dos clubes existentes no Concelho da Guarda, mas, em primeiro lugar, importa fazer uma breve contextualização da competitividade no desporto.

## **4.1 - A competitividade no desporto**

Portugal é um país europeu com cerca de dez milhões de habitantes que tem vindo a acompanhar o nascimento e o crescimento do mercado desportivo europeu e mundial durante o século XX, apresentando, no entanto, um comportamento diferente do comportamento dos restantes países europeus.

Para Pereira (2009), no século XIX, Portugal detinha uma das taxas mais altas de pobreza da Europa, a maior taxa de analfabetismo, elevadas taxas de fertilidade e mortalidade e um índice de desenvolvimento humano bastante baixo. Após a Segunda Guerra Mundial, o nível de vida dos portugueses aumentou significativamente, sendo um dos ritmos mais rápidos da Europa Ocidental. Entre 1953 e 1992 o Produto Interno Bruto (PIB) português cresceu cerca de cinco vezes apesar do país ter vivido um regime ditatorial; ter combatido em diversas guerras; ter suportando choques petrolíferos; ter realizado uma reforma agrária; ter nacionalizado grandes empresas e ter aderido à União Europeia. O mesmo autor refere que, a força por detrás da transformação profunda que se viveu em Portugal deveu-se

essencialmente ao seu crescimento económico, o que permitiu, especialmente na década de 90 e com a ajuda de financiamentos europeus, estancar a emigração nacional, aumentar os salários dos portugueses e diminuir os níveis de pobreza que assolaram as populações portuguesas durante séculos, apesar de hoje ainda se manterem elevados, especialmente no actual contexto de crise económica que se vive no país.

Nesse período a quantidade de praticantes federados cresceu bastante. No entanto, Portugal continuou a manter-se afastado da média dos países europeus no que respeita à conquista de medalhas olímpicas e, actualmente, as organizações desportivas associativas continuam a depender, em grande parte, dos financiamentos públicos, pelo que a sua competitividade internacional, no geral, é bastante baixa. Portugal tem vindo a crescer e a transformar-se, mas de forma desigual. O desporto também cresceu, mas sempre acompanhando o desenvolvimento desigual, quer se considere o contexto nacional, ou o contexto da União Europeia. A principal conclusão a retirar desta análise é a existência de erros no que diz respeito à política desportiva nacional, sendo que no último centenário da história do desporto, as políticas portuguesas foram bastante desajustadas e insuficientes especialmente em comparação com o percurso europeu.

A definição de competitividade é referida por Bento (2009) como podendo ser contraditória no caso de um país escolher competir com economias com baixos custos salariais ao contrário de concorrer com países de elevada produtividade. No primeiro caso, ao ajustar os salários pelos níveis mais baixos, o país estará a baixar também o nível geral económico e social da sua população, que ficará, claramente, mais pobre. No segundo caso, a economia nacional será mais competitiva, convergindo para o nível de vida internacional mais elevado. Segundo Bento (2009) “Portugal só conseguirá progredir no seu processo de convergência real (com os melhores níveis de vida europeus), se conseguir que a sua produtividade cresça mais rapidamente do que a média europeia. Só deste modo, também, os nossos salários poderão convergir para os ‘níveis europeus”.

A comparação entre competitividade e produtividade é importante para o desporto português, no sentido de identificar que, para que este possa convergir para a média europeia a sua produtividade terá de aumentar nos seus três níveis: prática informal; recreativa e alto rendimento.

A competitividade económica pode ser vista nas suas partes constituintes que, segundo Lopes (2002), são a capacidade para aumentar a produção, assegurar elevados níveis de emprego, melhorar a produtividade e manter as contas externas dentro de limites sustentáveis a prazo. A determinação da competitividade desportiva nacional encontra-se na aplicação do conceito ao desporto e no uso de variáveis aproximadas para compreender a relevância da competitividade para o desporto nacional.

No desporto nunca existirá o pleno emprego dos recursos e, antes pelo contrário, haverá segmentos recreativos e do alto rendimento com folgas de produtividade e escassez de financiamento aliado à necessidade de aumento da qualidade existente na economia portuguesa em geral. A realidade recreativa possui complexidades que a análise económica não investigou na perspectiva das externalidades de rede que existem e que são determinantes para a maximização do bem-estar.

Segundo Santos (2002) “é hoje consensual que a produção e a difusão de inovação e de conhecimento constituem processos muito complexos, fortemente condicionados por diferentes tipos de fracassos de mercado e que não tendem a fluir facilmente, de forma linear e de modo uniforme, no tecido económico. Por isso mesmo, é imprescindível estabelecer os chamados sistemas nacionais de inovação que constituem quadros institucionais que promovem os avanços tecnológicos e estimulam a difusão das inovações, as parcerias e o trabalho em rede.

Os fracassos de mercado que Santos (2002) refere, relacionados com a inovação, defrontam-se no mercado do desporto com a ausência de sistemas desportivos de inovação e de promoção de avanços tecnológicos e estímulo à difusão das inovações; as parcerias e o trabalho em rede; assim como, a aposta nos clubes e federações como espaços privilegiados de transformação e afirmação do tecido desportivo português.

O desporto português integra um subsistema público e um subsistema privado de produção de desporto. O subsistema privado de regulação da produção de desporto inclui organizações como os clubes, associações e federações que não possuem uma finalidade lucrativa e empresas que trabalham no desporto e que possuem uma finalidade lucrativa, onde se encontram os ginásios e as academias. A estrutura nacional de produção do associativismo desportivo tem a forma de uma pirâmide em que se encontram na base os clubes e as empresas de venda de bens e serviços de grande consumo, no nível intermédio estão as associações que regulam a actividade dos clubes e no topo situam-se as federações cuja ação incide sobre todas as organizações associativas.

Um dos estudos realizados sobre a prática desportiva dos portugueses remonta a 1998, e é da autoria de Marivoet, indicando que 27% da população pratica desporto. Outros dados mais recentes e com diferente metodologia são os do Eurobarómetro de 2004 e de 2009 que dão um valor mais elevado alcançando os 45% da população, ou seja 4.786.971 praticantes. Os 12% dos praticantes formais aparecem como valores muito baixos sugerindo a incapacidade das estruturas formais públicas e privadas de captar a actividade da maior parte da população que pratica desporto, ou seja os 33% restantes.

Gratton and Taylor (1985 e 2000) sugeriram que o Desporto era uma indústria jovem para justificarem o apoio público tal como acontece com as novas indústrias de outros sectores económicos.

De todas as modalidades existentes o futebol é a mais popular. Os rankings europeus de competições do futebol mostram que Portugal construiu desde os anos sessenta excelentes posições apesar de crises nacionais e internacionais que atrasaram a realização das reformas e medidas de política desportiva eficiente. Actualmente, Portugal produz futebolistas de primeira classe baseados, essencialmente, em estruturas de formação de jovens (escolas de futebol existentes nas freguesias e municípios) coordenadas também pela federação e cujos praticantes mais tarde se integram nos clubes profissionais; num mercado de trabalho de jogadores profissionais aberto ao exterior, introduzindo, desta forma, maior competitividade e regulando por baixo o preço dos contratos dos jogadores e dos direitos os jogadores nacionais; no comportamento liberal das autoridades públicas em relação aos direitos dos jogadores, relacionado com a dificuldade dos clubes médios e pequenos para internalizarem o trabalho desportivo e social realizado com uma elevada presença e uma rotação de jogadores estrangeiros através dos três clubes de topo; no apoio público às infraestruturas e aos eventos realizados em Portugal.

O conjunto de problemas comum que afecta os clubes portugueses amadores e profissionais relaciona-se com as falhas de governância e eficiência da federação de trabalhar as crises dos clubes como:

1. A regulação da estrutura das federações não responde ao interesse dos espectadores e denota falhas na capacidade de potenciar a assistência aos jogos, cujas bancadas mesmo no caso dos campeonatos nacionais estão vazias. Poucos ou escassos espectadores por jogo, com a excepção dos três maiores clubes, embora, mesmo estes tenham deixado de encher os estádios, como outrora;
2. A existência de demasiados clubes impede a acumulação de receitas, provenientes das transmissões televisivas, pelos clubes mais viáveis;
3. A falta de pagamentos aos jogadores contra os termos dos contratos e os princípios de governância dos campeonatos europeus;
4. Os novos estádios são sobredimensionados e prejudicam os clubes e as autarquias, gerando despesas de manutenção elevadas para cobrir as necessidades de entretenimento crescentes.

Estes problemas sugerem um cuidado a ter na indústria do futebol português, em relação à maximização do output e não particularmente em relação às estrelas, ao mercado de jogadores e ao futebol profissional.

Também os meios de comunicação social e as transmissões dos jogos na televisão desempenham um importante papel na dinamização do futebol. Importa salientar que o futebol deixou de ser apenas um desporto lúdico e exclusivamente dominado pela paixão. Hoje em dia, ele movimenta grandes montantes de dinheiro, através de patrocínios e da venda de jogadores, para além do licenciamento de produtos e de outras formas de merchandising. Os meios de comunicação, além de colaborarem para tornar o desporto um

espetáculo, também o financiam, através de patrocínios, direitos de transmissão, publicidade, entre outras.

Se hoje o futebol tem tamanha abrangência, os meios de comunicação de massa tiveram e continuam a ter, um papel fundamental, pois, ao mesmo tempo em que garantem o acesso fácil à informação desportiva, também o enfatizam enquanto espectáculo. Desta forma, à medida que o futebol se torna uma fonte de audiência cativa, a publicidade assegura a existência de recursos que melhoram a transmissão do espectáculo e que, conseqüentemente, mobilizam ainda mais pessoas. O futebol e os meios de comunicação interagem entre si como um ciclo vicioso e virtuoso, em que ambos saem a ganhar.

Mesmo que insuficiente, o Euro 2004 abriu novas expectativas para a excelência do alto rendimento e destacou a importância das boas políticas públicas para o mercado do desporto. Os agentes privados tomaram a oportunidade do curto prazo. Mas no longo prazo, os benefícios tornaram-se insuficientes para todos e medíocres em certos aspectos como os relacionados com a saúde desportiva e económica dos clubes portugueses.

Esta especialização do futebol português tem custos públicos. Devido às oportunidades perdidas, torna-se mais difícil aumentar o bem-estar porque as políticas perdidas tornam-se mais difíceis de implementar no novo contexto pós-Euro 2004. A situação do futebol português sugere - e talvez outros países europeus tenham o mesmo problema - que é desaconselhável para os governos nacionais a regulação directa da modalidade.

## **4.2. - A competitividade a nível geográfico**

Actualmente, é cada vez mais importante para as diversas entidades estarem atentas às inovações tecnológicas e científicas, sendo esta a melhor forma de se manterem competitivas no mercado. Mourão e Barbosa (2009) referem que estas novas tecnologias podem desencadear dinâmicas de competitividade, tais como o aumento da produtividade ou a redução dos custos de produção, associadas à crescente industrialização e internacionalização e à elevada taxa de desemprego existente na Europa. Segundo Mayerhofer (2005), existem cada vez mais razões para haver preocupações sobre a concorrência entre as regiões e as cidades, e as respectivas conseqüências para o desenvolvimento dos padrões económicos e sociais. Perante esta realidade, muitos cientistas têm tentado explicar de que forma as regiões se poderão tornar mais competitivas.

Desta forma Deichmann e Lall (2010), tendo por base os estudos de Hirscham (1958), Nurkse (1953) e Nadiri (1970) referem que as infra-estruturas são um bem público intermediário que desempenham um papel bastante activo na produção. Assim, segundo estes autores, existem três motivos que permitem que o aumento de capital fixo, nomeadamente de infra-estruturas, conduza a um aumento de produtividade das empresas que leve desta forma, a uma maior atração de novas empresas e investimento para a região. Em primeiro lugar, boas

infra-estruturas possibilitam melhores acessos a mercados internos e menos tempo de deslocação para os portos marítimos, o que aumenta a atractividade para investimentos externos. Em segundo, a existência de serviços de infra-estruturas locais, tais como estradas municipais, iluminação pública eficiente, abastecimento de água, saneamento e de drenagem, têm um efeito positivo na capacidade da atracção de investimento estrangeiro por parte da cidade. Por fim, a oferta de infra-estruturas locais permite obter mais facilmente receitas por meio de impostos locais e taxas de utilização.

Webster e Muller (2000) acrescentam que, para além da importância das infra-estruturas, existem outros factores a ter em consideração na avaliação da competitividade, tais como, as condições geográficas, a localização, os recursos naturais, a qualidade da educação e da formação, o custo de vida, a cultura institucional e a imagem da região. Na opinião de Cadima e Pinto (2011) uma das formas de aumentar a competitividade passa pelo “estabelecimento de redes de cooperação”, de forma que estas redes se tornem eficazes. É ainda importante que as suas vantagens superem os seus custos de constituição e angariação de elementos, uma vez que, só desta forma se poderão superar as dificuldades habituais e atingir o sucesso esperado.

Apesar das opiniões semelhantes existentes entre os diferentes autores, elas apenas expressam uma ideia generalista do que pode ser feito para aumentar a competitividade de uma região. No entanto, todos os países e respectivas cidades apresentam características distintas e, sendo assim, têm de ser analisados de uma forma mais específica e pormenorizada. Por exemplo, uma determinada zona que possua uma ou duas grandes equipas de futebol, que disputem competições nacionais, vão indiscutivelmente contribuir para um aumento do número de visitantes (adeptos, simpatizantes, adeptos das equipas adversárias que se deslocam a um local diferente) o que contribuirá para um aumento do turismo interno e externo e também será uma nova forma de gerar dinheiro, especialmente no que respeita às actividades relacionadas com o turismo (alojamentos, restaurantes, cafés, etc). Esta nova dinâmica irá contribuir, de forma decisiva para que essa região geográfica melhore a sua competitividade em relação a outras regiões vizinhas e ganhe também outra visibilidade ao nível nacional.

### **4.3 - A competitividade no caso Português: o litoral e o interior**

Apesar dos trabalhos alternativos que focam a dicotomia regional entre Norte e Sul ou entre zonas rurais e urbanas dos países, a relevância das análises incide sobre o estudo do interior em relação ao litoral porque a divergência dos diversos indicadores é mais clara (Mourão e Barbosa, 2009). No nosso país existe uma grande diferença entre a competitividade no litoral e no interior, sendo o primeiro claramente privilegiado em relação ao segundo. Torna-se assim importante perceber o que leva a que o litoral português seja mais competitivo que o interior e de que forma o interior poderá desenvolver-se e alcançar melhores resultados.

Tanto Mendes (1999) como Carvalho e Sequeira (1999) indicam que as causas que estão na base das diferenças de competitividade entre as regiões são, essencialmente, o clima, a criminalidade, o desemprego, a habitação, a mobilidade, o património, o poder de compra, a poluição e os serviços. Ao fazer a análise destas dimensões nas capitais de Distrito do nosso país, os autores perceberam que as cidades do litoral apresentam vantagens absolutas em termos de emprego, poder de compra e clima, enquanto que as cidades do interior têm vantagens relativas em termos de património, mobilidade e serviços. Algumas das dimensões, nomeadamente, os serviços, o poder de compra e o património estão, de acordo com Mendes (1999) e Carvalho e Sequeira (1999) relacionadas com a ideia de poder de compra como forma de otimizar a competitividade.

Tal como indicado por Magalhães et al (2001), a referência a zonas rurais remete, naturalmente, para a ideia de baixa densidade, não só ao nível demográfico, mas também no que diz respeito a uma outra série de dimensões, seja a nível institucional (baixo número de entidades com responsabilidades e competências para o desenvolvimento local), relacional (pequeno número e variedade de pessoas e instituições para interagir), ocupacional (poucas oportunidades de trabalho e normalmente concentradas em actividades da área agrícola) e económica (poucas oportunidades de valorização no mercado de pequena produção local).

## **5.0 futebol e desenvolvimento regional e local**

Se o Futebol for focado com mais detalhe no que respeita à sua difusão territorial verificamos que este fenómeno poderá espelhar, de forma concreta, as diferenças com que nos deparamos por este país fora. Os clubes necessitam de subsistência, ou seja, de capital para poderem subir de escalão, caso queiram. A maioria dos capitais provém de empresas, de alguns serviços e de outras actividades capazes de financiar os clubes. Estas actividades, sobretudo de sector secundário e pontualmente do sector primário e terciário, não se encontram uniformemente distribuídas pelo território nacional, havendo regiões onde são mais abundantes do que outras, pelo que obviamente, onde estas empresas existem, maior é a probabilidade de existirem clubes de futebol.

O fenómeno futebolístico explica desta forma, ainda que parcialmente, o contexto do desenvolvimento urbano e industrial existente no território nacional. A evolução que se verifica na distribuição dos clubes de futebol acompanhou as transformações que ocorreram no processo de desenvolvimento português, havendo uma relação entre a expansão do futebol e o crescimento urbano e industrial. Este processo esteve na origem da concentração da sua prática, quer enquanto modalidade desportiva, quer enquanto espectáculo, nas áreas de maior densidade urbana e, simultaneamente, maior implantação industrial. O futebol aparece assim predominantemente ligado ao fenómeno industrial, o que é explicado pela adesão, por

parte da população mais jovem e por outro lado pela adesão dos operários industriais que criaram associações e colectividades desportivas e recreativas. Talvez a constituição e o êxito, nos anos de 1960, do clube de futebol CUF, financiado pela empresa industrial e monopolista da zona industrial de Setúbal, (Companhia de União Fabril), seja o melhor exemplo para demonstrar o que ficou dito.

Não existindo dados que permitam fazer uma análise comparativa entre a Guarda e outros Concelhos, destaca-se aqui o facto dos grandes clubes de futebol se localizarem, maioritariamente, em zonas litorais, onde existe, por excelência, mais investimento disponível para os clubes, enquanto na zona interior do país, fruto do menor número de população, menos dinheiro e menos empresas, o futebol não consegue atingir o mesmo estatuto de dinamismo existente no litoral. O exemplo, já anteriormente referido, da localização dos chamados “3 grandes” ou até de quase toda a 1ª Liga, vs a situação da Guarda (sem presença nas grandes competições nacionais) é disso testemunha.

No entanto, o futebol não vive apenas de investimentos por parte das empresas. É também, e como já foi dito, um espectáculo que se pretende rentabilizar através da participação das grandes massas que o admiram e acompanham. É assim também importante não ignorar a relação existente entre o futebol e os dados demográficos, uma vez que, não há futebol se não existirem praticantes, e numa região onde a população é elevada, maior a possibilidade de se formarem e recrutarem jogadores. No Distrito da Guarda, por exemplo existiam 8919 praticantes em 2011, sendo que em Lisboa existiam 102 323.

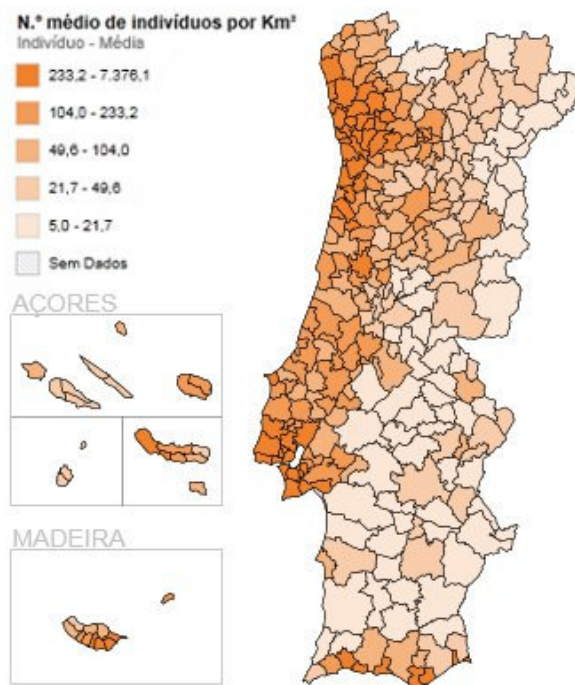
Assim como o sector secundário não se distribue homogeneamente, também a demografia nacional não é homogénea, variando de região em região, de norte para sul, do litoral para o interior, o que acaba por se reflectir inevitavelmente no fenómeno futebolístico.

### **5.1. A distribuição dos clubes de futebol e a densidade populacional**

O futebol é um espectáculo e como tal necessita de espectadores, podendo estes, caso sejam em grande número e de forma regular, deixar nos cofres dos clubes quantias bastante importantes para os ajudar financeiramente. Por outro lado, também não existem clubes se não houver jogadores, e em áreas pouco povoadas, menos possibilidades há de ali se formar um clube de futebol e de se recrutarem jovens para a sua prática. Por esta e por outras razões, não se pode deixar de analisar a relação existente entre o futebol e as densidades populacionais.

Na ilustração 1, é possível observar a relação entre o potencial futebolístico e as densidades populacionais nos Concelhos portugueses. Através da figura, respeitante a 2011, podemos observar que as localidades com maior densidade populacional se localizam junto ao litoral,

sendo Lisboa e Porto o expoente máximo com uma densidade bastante superior à encontrada nas zonas do interior.



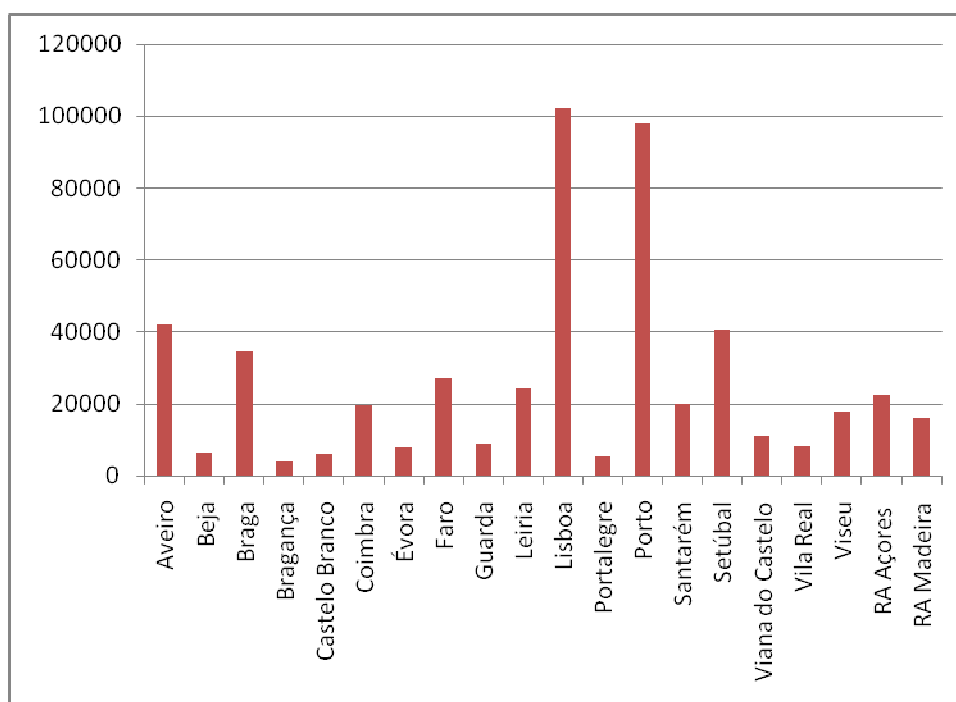
Fontes/Entidades: IGP, INE, PORDATA

Ilustração 1 - Mapa representativo do nº de indivíduos por Km<sup>2</sup> em Portugal

Não há uma relação tão directa entre as variáveis futebol e densidade potencial como a relação existente entre as actividades do sector secundário e o potencial de cada região, uma vez que, é mais importante para os clubes financiamentos do que propriamente a população em si. Significa isto que, embora um clube possa existir numa zona com bastante população, caso não exista investimento ou empresas às quais possam recorrer para obter fundos, é impossível a sobrevivência do clube.

Em relação ao número de praticantes, existe forçosamente, uma relação directa, na medida em que onde houver maior população, existe uma maior probabilidade de se encontrarem praticantes de futebol.

No gráfico que se apresenta de seguida, encontra-se indicado o número de praticantes de modalidades desportivas em Portugal, onde é possível observar que o litoral apresenta os valores máximos, contrapondo-se ao interior que apresenta um menor número de praticantes federados.



Fonte: IPDJ, 2011

Ilustração 2 - Número de praticantes de modalidades desportivas em Portugal

Ao observar a tabela 1, que apresenta o número de praticantes por modalidade em 2011, nota-se uma clara supremacia do Futebol em relação às restantes modalidades, possuindo um total de 151572 dos 523168 praticantes de desporto em Portugal. A explicação para esta discrepância encontra-se no facto do futebol ser um desporto que permite aperfeiçoar técnicas sem grandes investimentos, pelo que as zonas do país que possuem menos infra-estruturas e meios técnicos desenvolvem essencialmente esta modalidade.

Modalidades	Praticantes em 2011	Modalidades	Praticantes em 2011
Actividades Subaquáticas	1257	Hovercraft	0
Aeromodelismo	875	Jet Ski	522
Aeronáutica	199	Judo	12498
Aikido	1228	Karaté	15469
Andebol	39877	Kickboxing	0
Arqueiros e Besteiros	240	Lutas Amadoras	1212
Artes Marciais Chinesas	613	Minigolfe	705
Atletismo	14565	Motociclismo	991
Automobilismo	2422	Motonáutica	194
Badminton	1708	Natação	11277

Basebol e Softbol	0	Orientação	2546
Basquetebol	40241	Paraquedismo	519
<b>Modalidades</b>	<b>Praticantes em 2011</b>	<b>Modalidades</b>	<b>Praticantes em 2011</b>
Bilhar	1639	Patinagem	11151
Boxe	0	Pentatlo Moderno	821
Bridge	605	Pesca de Alto Mar	3566
Budo	0	Pesca Desportiva	317
Campismo e Montanhismo	34561	Petanca	1087
Canoagem	2354	Remo	1786
Ciclismo	8511	Rugby	5465
Columbofilia	11264	Ski Náutico	0
Corfebol	511	Squash	0
Cultura Física	0	Surf	2033
Damas	779	Taekwon-do	3499
Dança Desportiva	1101	Ténis	25491
Desporto pessoas c/Deficiência	2653	Ténis de Mesa	3042
FADU	8108	Tiro	3874
Equestre	5498	Tiro com Arco	123
Esgrima	1038	Tiro com Armas de Caça	3292
Esqui	117	Trampolins e Desp. Acrobáticos	0
<b>Futebol</b>	<b>151572</b>	Triatlo	1666
Futebol de Salão	0	Vela	2051
Ginástica	11636	Voleibol	43240
Golfe	14655	Voo Livre	709
Halterofilismo	0	Xadrez	2609
Hóquei	1586	<b>TOTAL</b>	<b>361413</b>

Fonte: IPDJ, 2011

Tabela 1 - Número de praticantes por modalidade em 2011

Ainda no que respeita aos praticantes, é importante salientar que, actualmente, como o processo de contratação de jogadores é feito essencialmente através da compra directa a outros clubes, deixou de ser um factor decisivo a existência de indústrias para seleccionar os jogadores, passando o poder económico e financeiro para os contratar, a ser o principal factor de interesse. É, no entanto, importante salientar que, devido à inexistência de dados sobre profissionais e amadores no Concelho da Guarda, optou-se por realizar uma caracterização geral, não se realizando a diferenciação entre federados e amadores.

Clubes como o Benfica e o Sporting têm mesmo a sua própria escola de jogadores, investindo assim na própria formação através de iniciados e juvenis, levando à profissionalização dos jogadores de futebol, e desenvolvendo uma complexa rede de produtores/intermediários/consumidores, capaz de gerar um grande negócio. Já os clubes que possuem uma capacidade financeira mais reduzida encontram-se quase impossibilitados

de manterem os seus bons jogadores e de conseguirem assegurar a contratação de jogadores mais caros, tendo de lidar com contratos feitos quase sempre com curta duração, o que acaba também por contribuir para um clima de instabilidade no plantel. Esta forte mobilidade de jogadores criou uma forte dependência de capital, permitindo que até clubes com fraca capacidade para a prática do futebol possam constituir equipas fortes, desde que possuam bons recursos financeiros. Isto permitiu que clubes de forte tradição futebolística fossem perdendo, cada vez mais, a posição que ocuparam durante anos por não terem disponibilidade financeira. Por outro lado, zonas do país sem qualquer tradição futebolística mas onde o capital existia em abundância efectuaram a aquisição de bons jogadores a clubes de outras áreas e a sua lógica subida de escalão e consequente afirmação no futebol nacional.

Decorrente desta nova circunstância, assiste-se a uma expansão do futebol, transformando-se num verdadeiro espectáculo, tendo os clubes crescido, cada vez mais, em moldes empresariais, ou seja, com estruturas muito semelhantes às existentes nas empresas ( direcção, departamento jurídico, departamento financeiro, etc), de forma a permitir um maior desenvolvimento das relações com potenciais investidores.

Portugal é um país relativamente pequeno, havendo mesmo quem defenda, que tendo em conta os níveis populacionais, existem demasiados clubes de futebol. Actualmente os estádios estão vazios, sendo que apenas os clássicos, onde intervêm os chamados “grandes” conseguem arrastar multidões, mas mesmo assim bem diferentes das de outrora, sendo diversas as causas que contribuem para esta situação. De salientar a atitude e a mentalidade ligadas ao futebol praticado em Portugal, onde muitas vezes se joga para não se perder, enquanto noutros países, se joga para ganhar. Este será com certeza um dos motivos pelos quais muita gente se tem vindo a desiludir com o futebol, uma vez que pagam para ver um espectáculo - quer quando se fala de grandes clubes que jogam nas principais ligas, quer quando se fala de pequenos clubes e de competições menos importantes - e frequentemente assistem a um jogo pobre e sem qualquer interesse.

Longe vão os tempos em que ir ao futebol era uma prática familiar de Domingo à tarde! Há pois um ciclo vicioso negativo, ou seja, não havendo espectadores, não se geram receitas, sem receitas não poderão existir boas equipas recheadas de jogadores de nível nacional, ou mesmo internacional, sem bons jogadores não pode haver o espectáculo que as pessoas procuram, pelo que, conseqüentemente, os jogadores que constituem as equipas desmotivam-se, ao ver que não existem adeptos a apoiar a sua equipa. Assim, verifica-se que muitos clubes de futebol esgotam os seus apoios e patrocínios na totalidade, por não poderem contar com as receitas semanais de entradas no estádio, o que contribui para a situação de endividamento dos clubes de futebol.

Existe, no entanto, outro aspecto importante que não se deve esquecer, e que está relacionado com a actual conjuntura económica que o país atravessa. Hoje em dia e cada vez mais, os portugueses possuem pouco poder de compra, o que obviamente não lhes permite

desperdiçar dinheiro com um bilhete para o futebol. A solução ideal poderia assim passar por baixar os preços dos mesmos ou torná-los gratuitos, de forma a haver maior assistência nos jogos, tornando o futebol num verdadeiro espectáculo acessível a todos.

## 6. Enquadramento e características do Concelho da Guarda

De forma a melhor complementar a caracterização do Concelho da Guarda, procurou adaptar-se a informação técnica, desenvolvida por especialistas e que consta da Carta Desportiva da Guarda, pertencente a este Concelho.<sup>4</sup>

O Concelho da Guarda encontra-se situado no centro interior de Portugal, possuindo uma área de 712,1 km<sup>2</sup>, encontrando-se inserido na sub-região da Beira Interior Norte (NUT III), que pertence à Região Centro (NUTII). É delimitado a Nordeste pelo Concelho de Pinhel, a Noroeste pelo Concelho de Celorico da Beira, a Oeste pelo Concelho de Gouveia, a Sudoeste pelos Concelhos de Belmonte, de Covilhã e de Manteigas, a Sudeste pelo Concelho de Sabugal e a Este pelo Concelho de Almeida, que separa a Guarda do país vizinho. Administrativamente, o Concelho da Guarda é, após a recente reforma administrativa das freguesias, constituído por 43 freguesias, sendo 42 rurais e apenas uma urbana.

No período quente de Verão, as temperaturas atingem os valores superiores nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, que podem registar máximas superiores a 35°C. Os valores mais baixos verificam-se nos meses de Inverno, ou seja, Dezembro, Janeiro e Fevereiro, sendo que a temperatura média anual do Concelho gira em torno dos 10,5°C, o que determina uma amplitude térmica de 15,5°C. Convém ainda salientar que nos meses mais frios existe formação de neve, havendo ainda formação de geada sobretudo entre Outono e Fevereiro, o que em termos da prática do desporto e mais concretamente do futebol pode causar bastantes constrangimentos.

Em termos socioeconómicos a situação geográfica do Concelho é favorável ao desenvolvimento de actividades ligadas à logística. A proximidade de eixos rodoviários estratégicos (A23 e A25), o acesso ferroviário (Linhas da Beira Alta e da Beira Baixa), e a proximidade da fronteira, constituem factores decisivos para o potenciamento da vertente logística e que também ajudam a compreender a posição estratégica deste Concelho e o potencial que este território evidencia no actual contexto de abertura no seio da União Europeia, o que evidencia um forte potencial, no que respeita ao acolhimento de comitivas

---

<sup>4</sup> [http://www.uc.pt/fluc/serv\\_com/guarda\\_carta\\_inst\\_desp](http://www.uc.pt/fluc/serv_com/guarda_carta_inst_desp) - Carta Desportiva do Município da Guarda desenvolvida por especialistas da Universidade de Coimbra, sob a coordenação do Prof. António Rochette.

de clubes provenientes de fora do Concelho e também no que respeita ao acolhimento e organização de eventos desportivos neste Concelho.<sup>5</sup>

Após alguns anos marcados por um enorme êxodo rural, o Concelho da Guarda tem vindo a perder menos população, apresentando mesmo a variação mais pequena em termos populacionais de todo o Distrito da Guarda (-2,9%) entre 2001 e 2011 como se constata pela análise da tabela 2.

Concelhos	2001	2011	var. pop.	
			Nº	%
Vila Nova de Foz Côa	8494	7312	-1182	-13,9
Aguiar da Beira	6247	5473	-774	-12,4
Fornos de Algodres	5629	4989	-640	-11,4
Gouveia	16122	14046	-2076	-12,9
Seia	28144	24702	-3442	-12,2
Almeida	8423	7242	-1181	-14,0
Celorico da Beira	8875	7693	-1182	-13,3
Figueira de Castelo Rodrigo	7158	6260	-898	-12,5
Guarda	43822	42541	-1281	-2,9
Manteigas	4094	3430	-664	-16,2
Meda	6239	5202	-1037	-16,6
Pinhel	10954	9627	-1327	-12,1
Sabugal	14871	12544	-2327	-15,6
Trancoso	10889	9878	-1011	-9,3

Tabela 2 - População Residente por Concelho no Distrito da Guarda

Em 2001, aquando da realização dos censos verificava-se, que a faixa etária predominante neste Concelho era compreendida entre os 25 e 64 anos, seguida da faixa dos 65 e + anos. Esta distribuição da população por grupos etários manteve-se, tendo sido registado um ligeiro aumento nestes escalões e a correspondente diminuição nos restantes nos censos 2011.

0-14		15-24		25 a 64		65 e +		Total	
2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
6809	15,5	5833	13,7	6126	14,0	4409	10,4	22721	51,8
								23426	55,1
								8166	18,6
								8873	20,9
								43822	42541

Tabela 3 - Distribuição da população por grupos etários no Concelho da Guarda.

Uma melhor caracterização da população deve também considerar a estrutura de acordo com as actividades económicas e, de uma forma geral, os aspectos que permitam entender os principais elementos da dinâmica económica, mesmo tendo em atenção que serão apresentados apenas dados para o Concelho da Guarda. Um dos aspetos a salientar, é, por

<sup>5</sup> [http://www.uc.pt/fluc/serv\\_com/guarda\\_carta\\_inst\\_desp](http://www.uc.pt/fluc/serv_com/guarda_carta_inst_desp) - Carta Desportiva do Município da Guarda desenvolvida por especialistas da Universidade de Coimbra, sob a coordenação do Prof. António Rochette.

exemplo, o decréscimo do número de crianças e jovens, o que não faz prever um futuro equilibrado em termos de índices de envelhecimento e dependência (tabela 4).

	Índice de envelhecimento (%)		Índice de dependência					
			Total		Jovens		Idosos	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<b>Guarda</b>	119,9	153,2	52,6	53,2	23,8	21	28,8	32,2

Tabela 4 - Índices de envelhecimento e dependência no Concelho da Guarda

Em termos de taxa de actividade, o Concelho da Guarda apresenta valores próximos dos calculados para os restantes Concelhos do Distrito, sendo que de 2001 para 2011 ocorreu um acréscimo desta taxa (de 47,1% para 47,35%), de acordo com o indicado na tabela 5. Por outro lado, e de acordo com os dados presentes nesta tabela, na última década, o número de desempregados também registou um forte aumento (30,8%), enquanto os restantes Concelhos registaram um acréscimo menos expressivo. Sem emprego as pessoas não conseguem sobreviver e vêm-se obrigadas a procurar outros destinos, nacionais e internacionais. Existe assim um padrão de comportamentos que permite conceber a ideia que o Concelho da Guarda tem tido, na última década, uma dinâmica demográfica muito própria, com uma variação da população residente de -2,9%, sendo a mais baixa do Distrito da Guarda.

Concelhos	Taxa de analfabetismo (%)		Taxa de actividade (%)		Taxa de desemprego (%)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Vila Nova de Foz Côa	16,97	11,13	35,5	36,53	5,7	8,7
Aguiar da Beira	21,85	15,02	34,5	35,67	8,5	8,9
Fornos de Algodres	16,89	10,71	37,2	38	7,5	14,1
Gouveia	13,55	9,18	36,6	37,27	7,7	14,6
Seia	11,63	7,26	42,3	40,88	7,9	13,2
Almeida	14,65	8,94	35,8	35,58	7,8	10,1
Celorico da Beira	17,82	11,89	38,4	40,75	6	11,1
Figueira de Castelo Rodrigo	15,51	10,57	33,9	37,3	5,7	13,4
Guarda	10,14	5,49	47,1	47,35	5,1	13,1
Manteigas	12,77	8,84	41,8	37,76	6,4	14,8
Meda	19,19	12,57	33,6	35,37	5	9,5
Pinhel	16,66	11,25	41,2	38,08	3,3	12,9
Sabugal	22,07	14,5	32,4	32,65	5,5	9,5
Trancoso	17,87	10,91	36,7	37,51	5,3	8,6

Tabela 5 - Indicadores por Concelho no Distrito da Guarda

## 6.1. Sectores de actividade e profissões

Como se pode constatar pela análise da tabela 6, a actividade económica das populações locais encontra-se fortemente relacionada com o sector terciário. De salientar a importância que as actividades relacionadas com este sector têm no Concelho, uma vez que representava em 2011, 77,4% da população empregada, verificando-se na última década um aumento significativo. Esta evolução foi, entre 2001 e 2011, mais expressiva neste Concelho do que em qualquer outro do Distrito, tendo-se verificando um acréscimo de 14,3%.

No que se refere ao sector secundário, actividade de colossal importância no desenvolvimento económico do Concelho, sobretudo para a área dos têxteis, vestuário, lacticínios, componentes eléctricas, construção civil e comércio de automóveis, é notório que apresenta uma estrutura com um número de activos bastante diferente entre 2001 e 2011, representando respectivamente 32,2% e 20,1%. Esta relação traduz um forte decréscimo de activos durante a última década no Concelho, à semelhança do que tem acontecido no resto do país.

Por último, destaca-se a alteração ocorrida nas actividades do sector primário, com uma diminuição dos activos, correspondendo em 2001 os empregados a 4,7% sendo que em 2011 correspondia a apenas 2,5%.

Concelhos	Sector primário				Sector secundário				Sector terciário				Total	
	2001		2011		2001		2011		2001		2011		2001	2011
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	
Vila Nova de Foz Côa	807	28,4	589	24,1	649	22,8	436	17,9	1387	48,8	1415	58,0	2843	2440
Aguiar da Beira	470	23,8	226	12,7	523	26,5	438	24,6	984	49,8	1114	62,7	1977	1778
Fornos de Algodres	235	12,1	92	5,6	671	34,7	416	25,5	1029	53,2	1121	68,8	1935	1629
Gouveia	500	9,2	343	7,7	2095	38,4	1014	22,7	2858	52,4	3114	69,6	5453	4471
Seia	549	5,0	229	2,6	4980	45,4	2781	31,7	5437	49,6	5757	65,7	10966	8767
Almeida	421	15,1	206	8,9	607	21,8	413	17,8	1757	63,1	1697	73,3	2785	2316
Celorico da Beira	406	12,7	217	7,8	1126	35,1	772	27,7	1674	52,2	1797	64,5	3206	2786
Fig. de Castelo Rodrigo	503	21,9	426	21,1	691	30,1	357	17,7	1099	47,9	1239	61,3	2293	2022
Guarda	918	4,7	431	2,5	6312	32,2	3524	20,1	12346	63,1	13557	77,4	19576	17512
Manteigas	72	4,5	52	4,7	762	47,6	291	26,4	768	47,9	760	68,9	1602	1103
Meda	531	26,6	279	16,7	524	26,3	394	23,6	939	47,1	993	59,6	1994	1666
Pinhel	839	19,2	369	11,5	1683	38,5	829	25,9	1845	42,2	1997	62,5	4367	3195
Sabugal	859	18,8	329	8,9	1500	32,9	1076	29,0	2204	48,3	2302	62,1	4563	3707
Trancoso	820	21,6	345	10,2	1032	27,2	858	25,3	1937	51,1	2183	64,5	3789	3386

Tabela 6 - População empregada por sectores nos Concelhos do Distrito da Guarda

## **6.2. Caracterização da rede de acessibilidades e transportes**

As acessibilidades desempenham um papel determinante na organização do território de um Concelho, verificando-se que assim se geram dinâmicas quer de aglomeração, quer de dispersão, criando um quadro de cambiantes entre o rural e o urbano. O Concelho da Guarda encontra-se localizado na Beira Interior Norte apresentando assim um posicionamento em termos geográficos e estratégicos privilegiado no Centro Interior de Portugal, uma vez que se trata de um local de passagem do trânsito rodoviário e ferroviário de ligação a Espanha, encontrando-se no centro das redes transeuropeias nacionais.

Neste sentido, as acessibilidades ao Concelho, quer ao nível regional, quer internacional, assumem-se como um dos principais factores potenciadores do desenvolvimento, colocando-o como uma das principais portas de entrada/saída para a União Europeia.<sup>6</sup> Aliás, na análise das acessibilidades do Concelho é importante referir-se a presença de características naturais que marcam definitivamente o Concelho da Guarda, condicionando, de certa forma, as próprias dinâmicas demográficas do território, causadas essencialmente por dificuldades da mobilidade quer dentro do próprio Concelho quer entre Concelhos, entretanto ultrapassadas com a construção de novas estradas.

Não obstante, ao desenvolvimento da rede de acessos, algumas áreas do interior continuam a evidenciar sintomas de isolamento, marcados por uma clara diferenciação entre as áreas ocidental e oriental do Concelho.

Em termos rodoviários, o Concelho da Guarda apresenta uma cobertura concentrada essencialmente no centro urbano, o que se justifica por essa área ter menos declive, sendo obrigatório salientar que a actual rede não responde de forma conveniente às necessidades da população residente, independentemente desta ser cada vez menor.

## **6.3. As instalações desportivas artificiais do Concelho**

Tendo em conta a hierarquia da rede de instalações para o desporto, as instalações desportivas artificiais, dividem-se em instalações especiais, destinadas para competição/espectáculo e em instalações especializadas onde decorrem eventos de base recreativa e de base formativa.

---

<sup>6</sup> [http://www.uc.pt/fluc/serv\\_com/guarda\\_carta\\_inst\\_desp](http://www.uc.pt/fluc/serv_com/guarda_carta_inst_desp) - Carta Desportiva do Município da Guarda desenvolvida por especialistas da Universidade de Coimbra, sob a coordenação do Prof. António Rochette.

### 6.3.1. Distribuição espacial das instalações desportivas do Concelho da Guarda<sup>7</sup>

A rede de instalações desportivas artificiais do Concelho da Guarda não ultrapassa no seu todo os 119 espaços desportivos, existindo tipologias dominantes. Destacam-se claramente o peso dos Pequenos Campos, que são cerca de 53 espaços que correspondem a praticamente metade do total das instalações disponíveis. Esta concentração de instalações nas freguesias do Concelho não se pode dissociar do facto de estar localizada no sector urbano, apresentando, assim, um maior valor para a população e também uma maior concentração de estabelecimentos de ensino, o que contribui para uma elevada massa crítica e justifica o investimento que se tem vindo a fazer em termos de parque desportivo. Em sentido oposto, constata-se que cerca de 17 das Freguesias do Concelho da Guarda não dispõem de qualquer equipamento desportivo.

A política de investimento das instalações desportivas, especialmente ao longo das últimas décadas, ou mais concretamente desde a data de promulgação da Lei de financiamento das autarquias locais (1979) influenciou de um modo inequívoco a Rede de Instalações Artificiais<sup>8</sup> dos diferentes Concelhos do país, embora deva ser reconhecido que diferentes políticas desportivas foram implementadas por cada um dos Concelhos portugueses.

Assim, e como foi referido, a rede de instalações desportivas do Concelho da Guarda reflecte um predomínio dos Pequenos Campos de Jogos, devendo no entanto ser evidenciado que, das 49 instalações existentes somente 19 apresentam balneários e que, destas 19, pelo menos metade são estruturas complementares que integram escolas e outras instalações. Será possível dizer que a proliferação deste tipo de instalação desportiva traduz na realidade uma mera tentativa de satisfazer as necessidades das populações, em particular dos jovens para que disponham de estruturas recreativas, apresentando as instalações desportivas de proximidade como substitutas do que deveriam ser os logradouros desportivos de áreas de planeamento.

Esta situação aconteceu simultaneamente com a fase de transformação do quadro desportivo nacional, onde ocorreu, para além do futebol, o crescimento de outras práticas desportivas; razão pela qual se observou a implementação de espaços com essas características, que levaram muitas autarquias a optar pela sua construção: estruturas com baixos custos de construção e manutenção. No caso da Guarda, as estruturas encontram-se em bom estado

---

<sup>7</sup> [http://www.uc.pt/fluc/serv\\_com/guarda\\_carta\\_inst\\_desp](http://www.uc.pt/fluc/serv_com/guarda_carta_inst_desp) - Carta Desportiva do Município da Guarda desenvolvida por especialistas da Universidade de Coimbra, sob a coordenação do Prof. António Rochette.

<sup>8</sup> Instalações fabricadas com materiais sintéticos, tais como a relva artificial, areia ou borracha, normalmente construídas em locais onde as condições naturais não são indicadas para o crescimento de relva.

(cerca de 50 instalações) e em estado razoável (45 instalações) registando-se, no entanto, 24 instalações em mau estado.<sup>9</sup>

### 6.3.2. Análise das instalações desportivas

Uma caracterização real do parque desportivo de um Concelho como o da Guarda, obrigatoriamente passa por análises prioritárias, como é a questão da tipologia das instalações, a forma como estão distribuídas no território, ou mesmo as relações com o que foi e com o que deverá ser o posicionamento da autarquia relativamente ao fenómeno desportivo, nomeadamente no que respeita a infra-estruturas directamente relacionadas com a prática do futebol.

### 6.3.3. Grandes campos de jogos

A distribuição de Grandes Campos de Jogos no Concelho e respectivas freguesias reflecte o peso que a modalidade de futebol assumiu ao longo das últimas décadas no panorama desportivo regional e nacional e também o peso que a população jovem tem. No Concelho da Guarda existem 26 instalações recenseadas, a maioria delas apresentando dimensões de funcionamento reduzidas, como se comprova após verificar que apenas o Campo de Futebol do Estádio Municipal apresenta uma dimensão que se enquadra nos 105m x 68m, que é a medida oficial instituída pelas instituições internacionais.

No caso do Concelho da Guarda, contudo, existem vários campos que se aproximam dessas medidas, possuindo valores de comprimento e de largura que se integram nos 100m x 64m, que é a dimensão que a FPF considera ainda como aceitável para a prática da modalidade, numa fase transitória. Abaixo deste valor, os campos são de dimensão reduzida, mesmo que alguns deles se desenvolvam actividades de competição.

Com as transformações que ocorreram no quadro desportivo português, nas últimas décadas, existem grandes campos um pouco por todo o território nacional, muitos deles completamente abandonados e que frequentemente só têm uma utilização anual, na altura das festas dos lugares. Nesta tipologia, e no caso do Concelho da Guarda, observam-se instalações que apresentam três tipos de piso: o solo natural, o solo estabilizado (o mais usual) e a relva natural. Em termos de Natureza Jurídica, é possível referir que 13 instalações são da responsabilidade da Autarquia e as restantes 13 são de gestão relacionada com o movimento associativo, muito devido ao peso histórico que este tipo de espaço assume nos junto das populações.

Este facto, permite concluir que os Grandes Campos sempre tiveram particular interesse, gestão e logo investimento, por parte do movimento associativo, no entanto, a partir do

---

<sup>9</sup> [http://www.uc.pt/fluc/serv\\_com/guarda\\_carta\\_inst\\_desp](http://www.uc.pt/fluc/serv_com/guarda_carta_inst_desp) - Carta Desportiva do Município da Guarda desenvolvida por especialistas da Universidade de Coimbra, sob a coordenação do Prof. António Rochette.

momento em que se observaram as transformações no quadro desportivo nacional, nomeadamente a diminuição de apoios estatais a associações desportivas, deixaram de aparecer financiamentos e interesse na construção de novas estruturas e até mesmo na própria recuperação, remodelação e manutenção das existentes.

No Concelho da Guarda contabilizam-se 19 instalações com importância local, seis instalações com impacto regional e apenas uma com importância nacional, ou seja, o Campo de Futebol do Estádio Municipal, que, dos existentes, será um dos que reúne melhores condições para a prática desportiva. O acesso a 17 instalações é generalizado, sendo restrito em oito e condicionado em apenas uma. O tipo de utilizador é essencialmente a população em geral, os sócios e atletas das instituições e ainda os que se encontrem em situação de actividade competitiva.

Pode assim concluir-se que apenas 12 dos Grandes Campos do Concelho reúnem as condições para uma prática desportiva boa ou razoável, uma vez que somente estes estão dotados das principais características físicas encontrando-se, por norma, em bom estado de conservação.<sup>10</sup>

#### 6.3.4. Pequenos campos de jogos

Relativamente aos Pequenos Campos de Jogos, como aliás foi anteriormente referido, estes predominam no Concelho, em particular, no espaço urbano, sendo mesmo de realçar o facto desta tipologia se encontrar representada na maioria das freguesias do Concelho. A grande maioria destas instalações apresentam dimensões funcionais que integram os parâmetros normais para a actividade desportiva de diferentes modalidades, tais como o Futebol de 5, o Futsal, o Andebol, o Basquetebol, o Voleibol, o Ténis em campo, entre outras; ou seja, apresentam valores de área considerados standards.

No entanto, mesmo com estas dimensões, a esmagadora maioria destes espaços são de cariz recreativo, já que apenas 20 do total das 53 instalações, possuem balneários e metade não dispõe sequer de iluminação (dificultando a realização de jogos à noite e também à tarde durante o inverno) o que revela que o objectivo prioritário deste tipo de instalações é oferecer à população uma rede de instalações para a prática desportiva/actividade física não enquadrada, verificando-se que apenas 12 instalações possuem bancadas.

Contudo, aquando da análise desta tipologia, deve ser realçado o facto de as 53 instalações recenseadas, 42 apresentarem características de polidesportivo e 11 características direccionadas a um só desporto.

---

<sup>10</sup> [http://www.uc.pt/fluc/serv\\_com/guarda\\_carta\\_inst\\_desp](http://www.uc.pt/fluc/serv_com/guarda_carta_inst_desp) - Carta Desportiva do Município da Guarda desenvolvida por especialistas da Universidade de Coimbra, sob a coordenação do Prof. António Rochette.

Quanto à Natureza Jurídica, esta é, na sua maioria, pública, integrando-se, nestes, 11 instalações em espaços escolares da responsabilidade do Ministério da Educação, o que revela que um número grande de instalações se encontra condicionado, sendo acessível apenas nos horários de funcionamento das escolas, verificando-se ainda que 45 destas instalações são recreativas e oito formativas.

Como facilmente se compreende e como foi referido anteriormente, a importância dos Pequenos Campos é, essencialmente, local, uma vez que a sua utilização é direccionada para a população do Concelho, não funcionando para as populações de outros territórios. Os principais utilizadores são assim a população em geral e também os alunos e o acesso é maioritariamente generalizado em 34 instalações, embora se registem 17 instalações com acesso condicionado e duas com acesso restrito.

### 6.3.5. Os índices de comunidade do concelho da Guarda

Como se pode constatar, e numa análise preliminar em função dos m<sup>2</sup> por habitante, no Concelho da Guarda, o valor do índice de comunidade geral é de 4,49 m<sup>2</sup>/habitante, ou seja, superior ao valor de referência (4m<sup>2</sup>/habitante), devendo contudo, ser referido que para este resultado em muito contribui a superfície desportiva de algumas freguesias (e em especial o valor que se observa em determinadas tipologias, como é o caso da de Grandes Campos).

Nos diferentes sectores de planeamento observam-se vários locais sem qualquer equipamento desportivo artificial e por esse motivo, os índices gerais apresentam valores iguais a zero. Facilmente se reconhece que os locais em questão apresentam um valor populacional reduzido, o que explica a falta de investimento em instalações desportivas artificiais até à data.

Numa análise por tipologia, os índices de referência, indicam, embora nem sempre de um modo eficaz, a quantidade da oferta. A título de exemplo, o índice relativo aos Grandes Campos do Concelho, com um valor de 2,89 m<sup>2</sup>/hab, é claramente superior ao valor de referência, que é de 2,00 m<sup>2</sup>/hab, sendo que esta situação é observada em todas as freguesias que apresentam instalações desta tipologia, excepção feita à freguesia do perímetro urbano, o que está intrinsecamente relacionado com a diminuição da população no Concelho. O peso dos Grandes Campos no parque desportivo nacional, provém em muito do que foi herdado da situação desportiva da segunda metade do século XX.

Por força do peso relativo dos Pequenos Campos no quadro do parque desportivo nacional, o índice geral pode também ser analisado de modo a observar esse mesmo peso e que ao serem excluídos, permitem retirar outro tipo de ilações, ou seja, é possível concluir acerca da importância destas instalações no valor do Índice Geral do Concelho (3,45 m<sup>2</sup>/hab) ou mesmo no de algumas freguesias que registam as maiores reduções. Contudo, apesar destes decréscimos, grande parte das freguesias mantém valores acima do de referência, o que

indica que no Concelho da Guarda existem demasiados campos destinados à prática desportiva para o número de praticantes.

### 6.3.6. O movimento associativo no Concelho da Guarda

O direito à livre associação é uma garantia básica da realização pessoal dos indivíduos que constituem a sociedade pelo que, a criação do associativismo desportivo é apoiada e fomentada pelo Estado em vários níveis, designadamente nas vertentes de recreação e do rendimento. O associativismo desportivo em Portugal é um processo relativamente recente, cujas origens estão no associativismo popular de meados do século passado, o qual, tem as suas origens no associativismo das ordens religiosas.

Assim, é no associativismo popular que se encontra a referência para o associativismo desportivo tendo ambos duas características em comum: o carácter filantrópico e a juventude (Oliveira, 2006).

A organização privada do desporto em Portugal tem vindo a assumir um papel fundamental no desenvolvimento da prática desportiva, contribuindo efectivamente e nunca questionado o desenvolvimento desportivo e global existente nos Concelhos portugueses. O Movimento Associativo integra os clubes desportivos (descrito no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 30/2004 de 21 de Julho), as sociedades desportivas (artigo 19.º do mesmo Decreto-Lei) e as federações desportivas (artigo 20.º). Todas estas federações, associações e clubes desportivos são apoiados pelo Estado, nos termos previstos pela Lei e de acordo com a sua utilidade social. É importante referir que a Confederação do Desporto de Portugal (CDP) associa e representa as diferentes federações desportivas existentes no país, tendo como objectivo principal a promoção do associativismo desportivo e a promoção da prática desportiva a nível nacional (artigo 27.º do DL n.º 30/2004). Também as Associações Promotoras do Desporto (APD) (Decreto-Lei n.º 279/97 de 11 de Outubro) têm vindo a desempenhar um papel cada vez mais activo no desenvolvimento do desporto. São considerados APD os agrupamentos de clubes, de praticantes ou outras entidades cujo objecto seja a promoção e organização de actividades físicas e desportivas, com finalidades lúdicas ou sociais, que não se encontrem na área de jurisdição própria das federações desportivas dotadas do estatuto de utilidade pública desportiva (o Decreto-Lei n.º 595/93, de 19 de Junho).

A intervenção do Movimento Associativo e no caso do Concelho da Guarda, em particular dos clubes, verifica-se no sentido de ser possível concretizar iniciativas e eventos desportivos que harmonizem o desenvolvimento desportivo e o desenvolvimento social e cultural, numa perspectiva saudável, e cujo objectivo principal seja melhorar a qualidade de vida da população. Estas iniciativas constituem meios que o Concelho usa para fomentar parcerias entre a Autarquia, o Movimento Associativo e as restantes entidades que promovem a actividade desportiva e que pretendam contribuir para o desenvolvimento desportivo da Guarda.

Neste contexto, pode mesmo afirmar-se que as autarquias constituem, no âmbito do Movimento Associativo, um auxiliar do desenvolvimento desportivo quer pela sua transversalidade quer pela visão mais localizada do fenómeno (Oliveira, 2006), apoiando o trabalho desenvolvido pelos clubes desportivos até porque estes motivam a formação integral e harmoniosa dos jovens. O objectivo passa por dar aos clubes melhores condições para a prática desportiva junto dos jovens de todo o Concelho, nomeadamente no que se refere ao futebol, sendo a modalidade mais praticada.

Por outro lado, a divulgação da existência das associações e das suas funções é um factor que poderá aumentar a presença do número de munícipes em actividade nos diferentes clubes e associações e, em último caso, divulgar a prática das actividades físicas junto de todos. No caso particular do Concelho da Guarda, o Movimento Associativo assume alguma relevância na estrutura desportiva, tendo sido registadas, 20 entidades promotoras do desporto, as quais desenvolvem, na sua totalidade, a prática de modalidades como o Futebol, o Futsal, o Basquetebol, o Atletismo, a Natação, o Karaté, o Judo, o Radiomodelismo, a Escalada, o Pedestrianismo e até o BTT.

Estas Associações, Clubes e Colectividades que se encontram sedeadas em diversas freguesias, concentram-se, em particular no perímetro urbano, perfazendo um total de 15 entidades, que correspondem a 75% do total. Os restantes sectores apresentam números pouco significativos, o que reflecte a importância do associativismo no desenvolvimento desportivo do território.

Existe um claro interesse por parte destas entidades na promoção do desporto, o que, de forma equilibrada e enquadrada, contribui positivamente para a diversificação e qualificação do parque desportivo e, também, para o desenvolvimento turístico. Naturalmente que estas associações se devem reger de acordo com a legislação em vigor, agindo sempre em conformidade com a lei e com um projecto global que possa servir todo o território. Cada uma das modalidades desportivas referidas anteriormente apresenta um determinado número de praticantes, constatando-se que o Futebol é a actividade que concentra maior número de atletas nas últimas épocas.

Conclui-se assim que, dado o importante papel dos clubes e das associações na promoção das actividades físicas e desportivas, é importante que o Concelho apoie as já existentes e contribua para a sua expansão no território em número e em diversidade e qualidade. Assim, quanto mais associações existirem e quanto mais apoiarem e promoverem o desporto, melhor se contribuirá para a formação dos jovens do Concelho e maior será o desenvolvimento desportivo da Guarda.

## 6.4. O futebol na Guarda

Sendo o futebol uma das actividades que maior número de atletas concentra, como se pode ver na ilustração 3 abaixo apresentada, é necessário que existam organismos que a regulamentem e impulsionem.

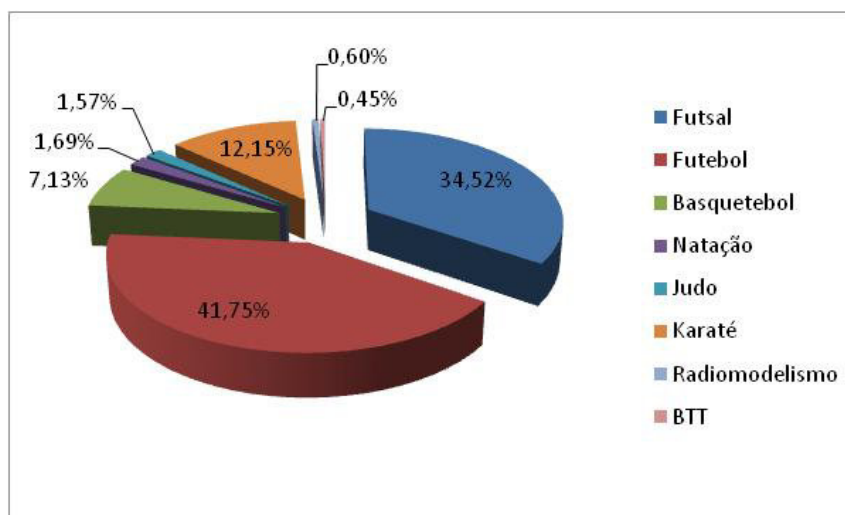


Ilustração 3 - Atletas por modalidade no Concelho da Guarda em 2010

Na Guarda existe uma entidade responsável pela gestão e dinamização do futebol: a Associação de Futebol da Guarda. Esta associação foi fundada a 15 de Maio de 1940 com o objectivo de promover, desenvolver, regulamentar e dirigir a prática do futebol, em todas as suas versões assim como fomentar, organizar e patrocinar campeonatos, provas e outras iniciativas, nomeadamente cursos de formação que sejam considerados convenientes à expansão, progresso e aperfeiçoamento da prática desta modalidade. É também a entidade responsável pela organização anual dos vários campeonatos de futebol do Distrito.

A AFG organiza os campeonatos distritais seniores da Guarda, bem como a Taça e os campeonatos distritais de juniores, juvenis e iniciados dessa localidade. Os vencedores das primeiras divisões dos campeonatos distritais seniores têm acesso à III Divisão Nacional. A Guarda manteve no período compreendido entre 2001/2002 e 2010/2011 - ainda que de forma alternada - uma equipa a disputar este campeonato, revelando o fraco índice de competitividade existente não só no Concelho, mas também no próprio Distrito.

Como é possível verificar na tabela 7, no Distrito da Guarda existem 146 clubes, sendo a par de Bragança, Beja, Castelo Branco, Portalegre e Vila Real as zonas do País que menos clubes possuem, apresentando todas estas zonas características populacionais bastante semelhantes no que respeita a índices de envelhecimento, de desemprego ou até mesmo de actividade. É importante referir que dos 146 clubes existentes na Guarda apenas 14 se encontram a

disputar o Campeonato Distrital da I Divisão e nenhuma equipa disputa o principal campeonato nacional.<sup>11</sup>

Distritos/RA	2011	Distritos/RA	2011
Aveiro	886	Lisboa	1.999
Beja	200	Portalegre	133
Braga	741	Porto	1.907
Bragança	106	Santarém	515
Castelo Branco	167	Setúbal	682
Coimbra	528	Viana do Castelo	231
Évora	223	Vila Real	194
Faro	1.387	Viseu	293
<b>Guarda</b>	<b>146</b>	Açores	474
Leiria	503	Madeira	347
<b>TOTAL</b>	<b>11617</b>		

Tabela 7 - Clubes por Distrito

## 7. Discussão de resultados

Tendo em consideração os dados apresentados no que respeita à população do Concelho da Guarda e respectiva faixa etária predominante, podemos observar que estamos na presença de uma população maioritariamente activa (55,1% entre os 25 e 64 anos) e, como tal, propensa à prática desportiva mas também perante valores relativamente expressivos (20,9%), correspondentes a uma faixa etária mais velha (65 e + anos) e, como tal, menos propensa à prática desportiva, sobretudo de desportos organizados em quadros competitivos.

A população da Guarda apresenta um índice de analfabetismo de 5,49%, um índice de envelhecimento de 153,2% e um índice de dependência de 53,2%. Estes indicadores realçam o peso que factores como o índice de envelhecimento têm na prática de actividades desportivas, uma vez que se torna claro que quanto mais envelhecida é a população menor será a sua predisposição, especialmente no caso de desportos que exijam forte capacidade física, como o futebol.

Por outro lado, estes dados reflectem também a fraca influência de alguns factores que, de acordo com a literatura consultada, se poderiam assumir como importantes à primeira vista. Em primeiro lugar é importante salientar que a população residente no Concelho da Guarda

<sup>11</sup> <http://www.zerozero.pt/associacao.php?id=8>

não parece exercer influência significativa no desempenho desportivo dos clubes de futebol, nem tão pouco uma maior competitividade por parte dos mesmos.

Quanto ao número de activos (43,35% da população da Guarda), a maioria trabalha no sector terciário (77,4%), 20,1% trabalham no sector secundário e apenas 2,5% trabalham no sector primário, demonstrando assim que a população desta zona se dedica essencialmente a actividades relacionadas com comércio e serviços, uma realidade muito diferente da vivida há uns anos atrás, em que a principal actividade estava relacionada com a agricultura.

Estes indicadores sugerem a importância da presença de indústrias, comércio e serviços nas áreas onde os clubes de futebol amador estão sediados. Muito embora estes clubes sejam qualificados pelo seu carácter amador (jogadores, treinadores ou membros da direcção que obtêm os seus rendimentos principais de outras profissões em parte relacionadas com os sectores em cima referidos), podem existir algumas contribuições financeiras, por parte de alguns clubes aos seus atletas, nomeadamente, ajudas de deslocação aos treinos ou até prémios por vitórias. Assim, pode referir-se que os clubes sediados nas zonas mais industrializadas do Concelho, poderão obter melhores patrocínios junto da sua localidade e, logo um maior poder financeiro que possibilite o recrutamento dos melhores jogadores da região. Fruto da crise, verifica-se também uma taxa de desemprego de 13,1%, o que inevitavelmente se reflectirá no número de adeptos presentes nos estádios e, conseqüentemente, nas receitas dos clubes do Concelho da Guarda.

Outro aspecto a ter em consideração é a existência de infraestruturas (campos grandes e pequenos) ideais para a prática do futebol. No Concelho da Guarda apenas existe um campo grande com a dimensão oficial instituída pelas instituições internacionais. Trata-se do Campo de Futebol do Estádio Municipal que apresenta uma dimensão de 105m x 68m, tornando-o ideal para a prática do futebol. Quanto a pequenos campos existem 53, no entanto, apenas 12 estão equipados com balneários, iluminação e bancadas sendo na sua maioria usados para outras modalidades, tais como, Futebol de 5, o Futsal, entre outras.

No que respeita às infraestruturas existentes é ainda importante abordar a questão dos financiamentos por parte do Estado para a construção deste tipo de equipamentos. No quadro seguinte (tabela 8) é possível verificar que apesar do futebol ser a modalidade que mais praticantes possui, recebeu em 2011 de financiamento proveniente do Estado 3.192.811,47€, quase o mesmo valor que recebeu o Basquetebol. Como se verifica no caso da Guarda, frequentemente os financiamentos não são aplicados no desenvolvimento de infraestruturas ideais para a prática do futebol, o que poderá acabar por afastar não só os praticantes, mas também contribuir para que os próprios clubes não tenham as condições necessárias à evolução dos seus plantéis, nem ao alcance de receitas que lhes permitam subsistir e investir em jogadores, publicidades e outras formas de atrair público ao seu estádio. Estamos perante um ciclo vicioso ou uma espiral decrescente em que menos financiamento significa fracas infraestruturas, o que significa menos praticantes e menos recursos para captar bons

jogadores, o que inevitavelmente leva a fracas audiências e a dificuldades económicas dos clubes, o que em nada ajudam a modalidade, especialmente em zonas que tradicionalmente já enfrentam mais dificuldades, como é o caso da Guarda.<sup>12</sup>

Modalidades	Comparticipação Financeira 2011	Federações	Comparticipação Financeira 2011
<b>TOTAL</b>	<b>18.656.880</b>	Hovercraft	0
Actividades Subaquáticas	66.800	Judo	1.331.539
Aeromodelismo	19.000	Karate	107.000
Aeronáutica	48.000	Kickboxing	0
Aikido	54.000	Lutas Amadoras	367.793
Andebol	2.980.622	Minigolfe	27.350
Artes Marciais Chinesas	48.000	Motonáutica	126.750
Atletismo	3.052.176	Natação	1.833.940
Automobilismo	76.000	Orientação	141.275
Badminton	528.291	Paraquedismo	75.500
Basebol e Softbol	0	Patinagem	1.173.472
Basquetebol	3.056.832	Pentatlo Moderno	225.538
Bilhar	75.000	Pesca Desportiva de Alto Mar	44.000
Boxe	0	Pesca Desportiva	127.500
Budo	0	Remo	813.030
Campismo e Montanhismo	81.500	Rugby	940.803
Canoagem	412.575	Ski Náutico	0
Ciclismo	985.842	Squash	0
Columbofilia	50.500	Surf	149.765
Corfebol	69.000	Taekwondo	156.563
Cultura Física	0	Ténis	921.261
Damas	25.500	Ténis de Mesa	434.750
Dança Desportiva	62.000	Tiro	175.661
Desporto para Deficientes	437.613	Tiro com Arco	30.374
Desporto Universitário	62.275	Tiro com Armas de Caça	245.425
Equestre	385.000	Trampolins	0
Esgrima	584.210	Triatlo	674.437
Desportos de Inverno	75.800	Vela	744.416
Futebol	3.192.811	Voleibol	2.320.424
Futebol de Salão	0	Voo Livre	78.000
Ginástica	1.349.561	Xadrez	114.988
Golfe	413.011	CDP	219.840
Halterofilismo	0	COP	4.863.650
Hóquei	336.460	CPAT	181.612

Fonte: IPDJ

Tabela 8 - Comparticipações financeiras às modalidades

<sup>12</sup> <http://www.afguarda.pt/>

Face aos dados apresentados, torna-se possível argumentar que para aumentar a sustentabilidade e a competitividade dos clubes de futebol, em especial dos que são sem fins lucrativos, as associações desportivas devem concentrar-se, fundamentalmente, em angariar um maior apoio local. Tal como defendem Price e Sen (2003), a presença de associações em municípios caracterizados por possuírem grande força de mercado local relacionada com a sua composição demográfica permite que as associações desportivas possam alargar o seu campo de recrutamento, uma vez que quanto maior o nível populacional maior será a probabilidade de se encontrarem mais membros activos na população local (a principal fonte de composição de plantéis dos clubes de futebol amadores) e consequentemente aumentar o seu desempenho desportivo.

De acordo com Prouteau e Wolf (2002), as associações não lucrativas são formadas por um número elevado de jovens cuja participação provém dos valores de cultura de participação na vida associativa que lhes são transmitidos pelos seus pais. Assim, e de acordo com Mourão (2011), locais caracterizados por uma cultura de prática associativa forte, possuem maior presença de associações do que outros locais sem história de participação associativa, pelo que uma maior presença de instituições locais, neste caso clubes de futebol amador, contribui para o desenvolvimento da competitividade desportiva do Concelho. Tal como referido por Breuer (2009), este aumento de competitividade pode surgir pelo aumento do número de derbies disputados numa época desportiva e, consequentemente, por um número de jogos considerados de maior interesse e de maior procura desportiva.

## 8. Conclusão

Hoje, o mundo do futebol não se resume simplesmente ao jogo em si. Considerado por muito como o desporto-rei, esta modalidade mexe com outros mundos à sua volta, que são inevitavelmente indissociáveis do seu ambiente, concedendo-lhe uma marca em quase todos os aspectos da vida: económicos, sociais, culturais, demográficos, espaciais, políticos, etc.

Tendo uma natureza espacial, por se tratar de um desporto que pode ser praticado em espaços públicos ou privados, e uma forte dimensão geográfica, o futebol não pode deixar de ser objecto de reflexão. A distribuição dos clubes no território, o potencial de cada Distrito, as áreas com maior número de praticantes, e a sua relação com outras variáveis, nomeadamente, demográficas e económicas, espelham também as diferenças que existem em todo o país, conforme se verifica no Concelho da Guarda. No entanto, e antes de tudo o resto, o futebol é um jogo, um entretenimento que ajuda a passar o tempo mas ao mesmo tempo uma excelente fonte de rendimento para alguns. O futebol é, sem dúvida, uma das principais actividades de tempos livres em todo o território português, sendo que tanto ao nível internacional como nacional, simboliza diálogo, faz esquecer ou desviar as tensões sociais, distrai, une, enfim, traz emoção.

Para além do espectáculo em si, o futebol tem uma outra faceta, sem a qual não seria possível - o aspecto financeiro. Os clubes não vivem do nada, necessitam de apoios, especialmente financeiros, mas também humanos. Daí que exista uma relação muito próxima entre a localização dos clubes de futebol e as áreas de maior desenvolvimento económico e de maior pressão demográfica, como se verifica pela presença de grandes clubes na zona litoral do país e não do interior.

A relação entre o potencial futebolístico e a percentagem de população activa no sector secundário e terciário, é quase directa. Desta relação sobressaem duas áreas, isto é, Lisboa, que tem vindo a perder ligeira importância, e a faixa Aveiro/Porto/Braga que se assume, cada vez mais, como um centro industrial e de serviços e também futebolístico do país. No Concelho da Guarda assiste-se a um crescimento acentuado da taxa de desemprego, em parte resultante da actual crise económica e também a um decréscimo das empresas existentes no Concelho, o que obviamente contribui para que a população parta para outras zonas do país e até para fora de Portugal em busca de melhores condições. Esta diminuição da qualidade de vida acaba também por influenciar a própria prática futebolística, pois sem empresas e investimento é complicado para os clubes existentes fazer face às suas despesas, ter capital disponível para crescer no panorama regional e nacional. Em relação aos aspectos demográficos, a relação não é tão directa como a anterior, no entanto, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto são as mais coincidentes, com os valores mais elevados de potencial e de densidade, e obviamente, com maior número de praticantes amadores ou profissionais. No caso do Concelho da Guarda tem-se assistido a um aumento da população mais velha, o que cria um índice de dependência grande e uma franca diminuição da população na faixa etária mais predisposta à prática do Futebol.

Das análises, entre o futebol e as variáveis socioeconómicas e demográficas, verifica-se, mais uma vez, o fenómeno da litoralização que se assiste em Portugal. Os Distritos que possuem maior potencial, maior densidade e maior percentagem de população activa no sector secundário e terciário, localizam-se na faixa litoral. Esta assimetria torna-se evidente quando se observa a desertificação do interior que se verifica a outros níveis, nomeadamente o futebolístico. Sendo o litoral, e em especial o litoral norte, a área do país com melhores infra-estruturas, melhores condições ao desenvolvimento urbano e industrial, e com maior índice demográfico, não admira, portanto, que o futebol português se concentre aí. Pelo contrário, a zona interior, encontra-se despovoada, carente de infra-estruturas, e indústrias, acabando por funcionar como um factor de repulsa, o que não cria condições para o desenvolvimento dos clubes de futebol. Assim sendo, é nessa zona que se verificam os números mais baixos de clubes, e que vão diminuindo cada vez mais à medida que se sobe de divisão.

O futebol para além de ter uma natureza espacial é também social, político e cultural, mexendo com tudo e com todos e encerrando à sua volta toda uma cadeia de relações, que

vão desde os dirigentes, sócios, árbitros e empresários até aos simpatizantes e mesmo aos políticos. O futebol em Portugal é muito fértil nas relações humanas fora das quatro linhas, sendo utilizado como meio de alcançar outros objectivos que em nada estão relacionados com o jogo em si, mas que servem para promoções pessoais, interesses empresariais, defesa de territórios, defesa clubística, estratégias políticas, etc.

Também os jornais e as televisões dão cobertura suficiente para colocar um país inteiro a falar de futebol, tornando-o no assunto mais mediático do país de norte a sul e do litoral ao interior.

Podemos então referir, que o mundo do futebol, para além da competição desportiva é o reflexo da sociedade, da economia, da cultura que cada país desenvolve e que cada zona específica do país possui. Os resultados, pelo menos em Portugal estão à vista: o maior número e os melhores clubes estão directamente associados às melhores áreas industriais e urbanas, e mesmo demográficas, podendo, a partir daí, observar-se assimetrias regionais e por outro lado, a cumplicidade mútua que a sociedade e o futebol mantêm, como se verifica no caso do Concelho da Guarda.

## Bibliografia

Ahlfeldt, G. e A. Feddersen (2009) “Geography of a Sports Metropolis”. IASE. Conference Papers 0802.

Azevedo, Miguel (2009), *Patrocínios no futebol em Portugal - o caso do Sport Lisboa e Benfica*. Lisboa: ISCTE - Business School, Instituto Universitário de Lisboa

Barreto, António; Preto, Clara Valadas; Ferrão, João; Rosa, Maria João Valente; Mónica, Maria Filomena; Lopes, José da Silva; Carreira, Henrique Medina e Rodrigues, H. Nascimento (1996) - A situação social em Portugal, 1960-1995. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa. Lisboa. 510 pp.

Bourdieu, Pierre - Programme pour une Sociologie du sport. In Choses dites. Paris : Editions de Minuit, 1987. p. 203-216.

Borges, David (2006), «Futebol: a Emoção, a Razão e a Especialização», In Lopes, Felisbela e Pereira, Sara (coord.), Porto: Campo das Letras

Carvalho, P. e Sequeira, T. (1999) “As Vantagens Competitivas das Cidades do Interior de Portugal”. Sociedade e Território - Revista de Estudos Urbanos e Regionais. no 33, Lisboa.

Coelho, João Nuno (2001), Portugal, a Equipa de Todos Nós - Nacionalismo Futebol e Media, Porto: Edições Afrontamento

Craig, Peter e Beedie, Paul (2008), Sport Sociology, Great Britain: Learning Matters

Cunha, L. (1997); “Espaço e o Desporto - Estudo de Acessibilidade ao Desporto na Sub Região do Vale do Tejo - Constituição de um Modelo de Análise”. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Motricidade Humana.

Eric G. Dunning, Sports (The) process: a comparative and developmental approach.

Franco, H. J. A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

Fernandes, H., Lázaro, J. & Vasconcelos-Raposo, J. (2005). Razões para a não prática desportiva em adultos. *Estudo comparativo entre a realidade rural e urbana. Motricidade*, 1(2), 106-114.

Giddens, A. (2000). Sociologia. Fundação Calouste Gulbenkian.

Gaspar, Jorge (1971) - "Aspectos Geográficos do Futebol em Portugal". in *Brotéria*, Lisboa, Separata,

Gaspar, Jorge et all (1982) - "Transformações recentes na Geografia do Futebol em Portugal". Finisterra, XVII, 34, CEG, Lisboa, pp. 301-324

Jacinto, Rui & MALTA, Paula (1993) - "Desporto, Sociedade e Território: o Futebol na Região Centro". *Cadernos de Geografia*, 12, IEG, Coimbra, pp. 41-60.

Joseph A. Maguire, Robert E. Pearton, editors. Champaign, IL : Human Kinetics Publishers, 1993.

Júnior, Ari, Shikida, Claudio e Monasterio, Leonardo (2005), *Uma análise econométrica do futebol brasileiro*, In *Análise Económica*: Ano 23, Nº44, Setembro 2005

Leitão, F., Pereira, G., Ramos, J. e Silva, A. (2009) “Colectividades de Cultura e Recreio - Uma Caracterização do Associativismo Confederado em Portugal”. Lisboa, CPCCRD.

Lopes, Luís (2009), *Gestão emocional da Marca: O caso Futebol Clube do Porto*. Porto: Escola de Gestão do Porto

Lourenço, Luís e Ilharco, Fernando (2009, *Liderança: as lições de Mourinho*, Lisboa: Booknomics

LPFP, Regulamento das Competições Organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional, In LPFP.pt

Marivoet, Salomé - Aspectos sociológicos do desporto. 2ª ed.. Lisboa : Livros Horizonte, 2002. [BP 379.8 MAR]

Marivoet, Salomé - Hábitos desportivos da população portuguesa. Lisboa : Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto, 2001

Morris, Desmond (1981), *A Tribo do Futebol*, London: Publicações Europa-América

Mourão, Paulo (s/d), A importância do desenvolvimento regional na localização de equipas de futebol profissionais: O caso português 1970-1999, Universidade do Minho: Escola de Economia e Gestão

Mourão, P. (2010) - “Regional Determinants of Competitiveness: The Case of European Soccer Teams”. *International Journal of Sport Finance*. 5,3; 222-234

Noll, R. e Zimbalist, A. (Eds.) (1997); “Sports, Jobs and Taxes: The Economic Impact of Sports Teams and Stadiums”. Washington, DC: The Brookings Institution Press.

Nunes, João Sedas (2007), *Culturas Adeptas do Futebol. O espaço plural da condição adepta: práticas e identidades* (policopiado), Dissertação de Doutoramento (346 pp.), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007.

Pires, A., Borrego, C., Silva, C., & Cid, L. (in press). Aplicação da Teoria da Autodeterminação ao Contexto da Educação Física. Estudo das Intenções dos Alunos de Praticarem Desporto Escolar e Desporto Fora da Escola. *Revista da Sociedade Portuguesa de Educação Física*.

Porter, M. (2000) “Location, Competition and Economic Development: Local Clusters in a Global Economy”. *Economic Development Quarterly*.76, pp. 77-90.

Rodrigues, Márcio; Silva, Rosimeri (2009), A estrutura empresarial nos clubes de futebol. O&S: Vol.16, Nº48, Jan./Mar 2009

Seabra, Daniel J.A. (2009), *Claques Portuenses. Um Estudo organizado de adeptos de futebol em contexto urbano*, Dissertação de Doutoramento (574 pp.), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade e Lisboa.

Tomlinson, Alan e Young, Christopher (2005), *National Identity and Global Sports Events*, New York: SUNY Press

Vaza, M. (2010) “Portugal Ainda é Quase só Um País de Futebol”. *Jornal O Público*, 29/12/2010.

Webster, D. e Muller, L. (2000). “Urban Competitiveness Assessment in Developing Country Urban Regions: the Road Forward”. Washington D. C.: The World Bank.

Wooldridge, J. (2002) “Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data”. Cambridge, MA, MIT Press.

[http://www.uc.pt/fluc/serv\\_com/guarda\\_carta\\_inst\\_desp](http://www.uc.pt/fluc/serv_com/guarda_carta_inst_desp)

<http://www.lfpf.pt/Pages/Inicio.aspx>

<http://www.zerozero.pt/associacao.php?id=8>

<http://www.afguarda.pt/>

<http://www.ipdj.pt/>

[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

<http://www.fpf.pt/pt-pt/home.aspx>